



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202082200299	Distribuição: 30/09/2020
Número Único: 0000275-62.2020.8.25.0070	Competência: Nossa Senhora Aparecida
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: VALDOMIRO SILVA NUNES
Endereço: POVOADO ALGODAO
Complemento:
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: NOSSA SENHORA APARECIDA - Estado: SE - CEP: 49540000
Requerente: Advogado(a): EDNALDO VIEIRA DE SANTANA 8421/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000
Requerido: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202082200299

DATA:

03/12/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20201202215605938 às 21:56 em 02/12/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Julzo de Direito Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medici, S/N
Bairro - Centro Cidade - Nossa Senhora Aparecida



201582200168

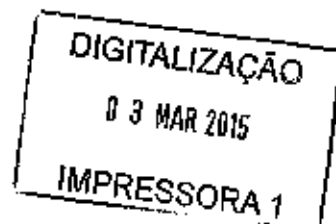
PROCESSO.....: 201582200011 (Físico)

NATUREZA.....: Ação de Rito Sumário

Autor.....: VALDOMIRO SILVA NUNES

Reu.....: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO



Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-o(a) de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

Finalidade: Comparecer nesta Julzo à audiência de conciliação, sob pena de, na ausência injustificada, reputar-se verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (art. 277, §2º e 319 do CPC). Não sendo obtida a conciliação, oferecerá a parte ré, na própria audiência, DEFESA ESCRITA ou ORAL, na forma do art. 278 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: SEGUE EM ANEXO

Data e horário da audiência: 20/04/2015 às 09:10, **Local:** FÓRUM DE N S APARECIDA

Atenciosamente,

Alberlito Andrade Silva
Escrivão(s)/Chefe de Secretaria/Subsecretário
Documento assinado eletronicamente

MD00810

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 74
Bairro : CENTRO C.E.P: 20010000
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ



JJ310504195BR

SEGURADORA LIDER 69839-65

27-FEB-2015 16:35 771581 1/1



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA
DE RIBEIRÓPOLIS/ DISTRITO JUDICIÁRIO DE NOSSA SENHORA
APARECIDA /SE**

VALDOMIRO SILVA NUNES, brasileiro, maior, capaz, lavrador, portador do RG nº 1073844, SSP/SE, e CPF nº 588.022.075-34, residente e domiciliado no Povoado Algodão, município de Nossa Senhora Aparecida/SE, CEP 49 540-000, vem por sua advogada firmada *in fine*, com procuração em anexo, e escritório profissional situado na Avenida Abdon José Barreto, nº 704, município de Nossa Senhora Aparecida/SE, CEP 49 540-000, onde receberá intimações, vem à presença de Vossa Excelência propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT**

Em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09 248 608/0001-04, com

Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida-SE, CEP: 49 540-000

E-mail: jaquelinesantanaadv@hotmail.com

Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS

ADVOGADA

OAB/SE 7152

endereço à Rua Senador Dantas, nº 74, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-205 por razões de fato e de direito a seguir delineados:

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor requer que seja concedido o benefício de JUSTIÇA GRATUITA, com fulcro na lei 1.060/50, e nas alterações introduzidas pela lei 7.510/86, tendo em vista que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem comprometer a manutenção própria.

DOS FATOS

No dia 11/08/2014, às 10h00min, o Requerente estava na motocicleta HONDA/CG 150 TITAN ESD, Placa OEL 5142, CHASSI: 9C2KC1650DR306239, em nome de JOSEVALDO ARCANJO DOS SANTOS, trafegando pela Rodovia Estadual que interliga a cidade de Monte Alegre/Se à cidade de Nossa Senhora da Glória/Se, nas proximidades do 'Braço da Cruz', quando se deparou com um buraco na via, perdeu o equilíbrio da citada motocicleta e foi arremessado ao solo, fato que lhe ocasionou lesões corporais, mais especificamente, fratura na mão esquerda, conforme relatório médico em anexo.

Em virtude das lesões sofridas, o Requerente foi submetido a tratamento no Hospital Regional de Nossa Senhora da Glória/Se, e, posteriormente, encaminhado a um Hospital, em Aracaju/Se, para ser realizado procedimento cirúrgico, de acordo com documentos em anexo.

Avenida Abdon José Barreto, nº 704. Nossa Senhora Aparecida-SE. CEP: 49.540-000

E-mail: jaquelinesantanaadv@hotmail.com

Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

Diante de seu estado, precisando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento, assim como para garantir a sua subsistência, decidiu requerer o benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Em ato contínuo, após requerer junto à referida seguradora a indenização correspondente à lesão sofrida, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT disponibilizou o pagamento referente à indenização por invalidez do seguro DPVAT, no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) em 29/09/2014. No mais, o Requerente insatisfeito com a quantia paga, por ser desproporcional à lesão sofrida, decidiu recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal.

DO DIREITO

Inicialmente, há que se esclarecer que não se discute o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se ao valor devido, sendo que a seguradora só pagou o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) em 29/09/2014, conforme documento em anexo.

Todavia, a disposição contida no art. 3º, inc. II, da Lei 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, que causarem invalidez, a indenização é de até 13 500,00 (treze mil e quinhentos reais). Vejamos *in verbis*:

Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida-SE, CEP: 49 540-000
E-mail: jaquelinesantanasady@hotmail.com
Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II- até 13 500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.

Entretanto, o Requerente desta lide, ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor muito inferior ao que deveria receber. Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor muito inferior ao seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP.

Desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, entretanto os Tribunais já tem se posicionado quanto à questão:

EMENTA:

APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de

Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida-SE. CEP: 49 540-000
E-mail: jaquelinesantanaadv@hotmail.com
Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei 8 441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML.

**STJ- RECURSO ESPECIAL 1170587 PR
2009/0236573-1**

DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. "O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada" Súmula n. 256- STJ. "O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos" Súmula n. 405- STJ.

Com base na súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com a o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizada um exame pericial para auferir tal grau.

Avenida Abdon José Barreto, nº 704. Nossa Senhora Aparecida-SE. CEP: 49 540-000
E-mail: jaquelinesantanaadv@hotmail.com
Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS

ADVOGADA

OAB/SE 7192

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.

Desta feita, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez, o qual será constatado por meio de exame pericial.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER:

- O benefício da justiça gratuita;
- A notificação da Requerida para apresentar defesa, sob pena de revelia;
- Que seja designado perito, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão;
- Ao final, seja a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT que a Douto Magistrado entender pertinente, a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos, e conforme o disposto no art. 3º, inc. II, da Lei 6194/74;

Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida-SE. CEP: 49.540-000

E-mail: jaquelinesantanaadv@hotmail.com

Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

- Que seja a Requerida condenada ainda ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, e em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, e demais meios que se fizerem necessários.

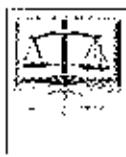
Dá-se a causa o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Termos em que, pede e espera deferimento.

Nossa Senhora Aparecida/SE, 07 de janeiro de 2015.

Jaqueline Santana dos Santos

OAB/SE 7192



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida-SE. CEP: 49.540-000

E-mail: jaquelinesantanaadv@hotmail.com

Telefone p/contato: (79) 9902-2052



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Médici, S/N - Centro

Íntegra do Movimento

Processo nº 201582200011

DESPACHO

Recebo emenda à inicial.

1- Defiro a gratuidade judiciária.

2- Nos termos do art. 277 do CPC, CITE-SE a parte requerida a fim de comparecer à Audiência de Conciliação, a ser realizada no dia 20/04/2015, às 09:10 horas, neste fórum.

3 - **Advirta-seo(a) ré(u)** que, não havendo conciliação entre as partes, deverá **apresentar resposta** já por ocasião daquela assentada, bem como **indicar as provas que pretende produzir**, apresentando desde logo rol de testemunhas, se for o caso.

3- Frustrada a conciliação e apresentada defesa pelo réu, Intime-seo autor, por ato ordinatório, para oferecer réplica bem como informar se pretende produzir outras provas, arrolando desde já as testemunhas, se for o caso.

Intimações necessárias. Providências de praxe.

Ribeirópolis/SE, 03/02/14

Sérgio Fortuna de Mendonça

Juiz de Direito Substituto

VÍTIMA VALDOMIRO SILVA NUNES

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO Sabemi Seguradora S/A

REGULADORA REGDATA Reguladora de Seguros Ltda

BENEFICIÁRIO VALDOMIRO SILVA NUNES

CPF/CNPJ: 58802207534

Posição em 22-10-2014 12:01:03

Indenização creditada em 29/09/2014, no valor de R\$ 2.362,50, em banco e conta de titularidade do beneficiário, conforme autorização de pagamento assinado pelo mesmo.



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

NOME: Valdomiro Silva Nunes
NACIONALIDADE: brasileiro ESTADO CIVIL: _____
PROFISSÃO: lavrador RG: 1 073 844 CPF: 588 022 075-34
ENDEREÇO: Povoado Algodão
N. Sr.ª Aparecida/SE, CEP 49540-000

OUTORGADA: JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Sergipe, sob o número 7192, com endereço profissional na Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida/SE.

PODERES: Para o Foro em geral "AD JUDITIA", constantes da cláusula "AD JUDICIA EXTRA", e mais os especiais de transigir, desistir, fazer acordos, endossar, prestar declarações, sustentação oral ou verbalmente os requerimentos da outorgante, promover ação de qualquer natureza, assim como medidas cautelares e/ou preparatórias, requerer certidões, recorrer à última instância, substabelecer esta, com ou sem reservas de poderes, reconhecer a procedência do pedido, firmar compromisso, receber dinheiro ou valores, nomear bens a penhora, passar recibos e dar quitações, requerer e prestar primeiras e últimas declarações e tudo mais que se faça necessário ou útil ao fiel desempenho do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Nossa Senhora Aparecida-SE, 02 de junho de 2014.

x Valdomiro Silva Nunes

VALDOMIRO SILVA NUNES
POV ALGODÃO, S/N - ARRAIA, RURAL
NOSSE 55NMGRA APARECIDA/ SE CEP 4851000 (AG. 30)

Classificação: RESIDENCIAL/BAIXA TENSÃO MONOFÁSICO
Referência: Ago/2014
Emissão: 18/08/2014

ENERGISA ENERGIA S.A. - DISTRIBUIDORA
Rua São Francisco Sales, 91 - Joo de Deus
Anápolis/SE - CEP 49040-100
CNPJ 13.047.462/0001-05 Ins. Est. 270.787.435
Nota Fiscal/Código de Energia Elétrica 17000357 806
Código para Débito Automático: 9999999999

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesso: www.energisa.com.br

1568 c6e4 4222 6a07 8371 00c7 108 32ac

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 3/202921-0

Ago / 2014

Canal de contato

Apresentação

18/08/2014

Data prevista de
próxima leitura

17/09/2014

CPF/CNPJ/RAM

5982207094

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 13/08/2014 POR
OBRIGACÃO

Histórico de Consumo
(kWh)

Jul/14	88
Jun/14	87
Maio/14	87
Abr/14	80
Mar/14	70
Fev/14	72
Jan/14	78
Dez/13	71
Nov/13	65
Out/13	52
Set/13	33
Ago/13	60

Média dos últimos meses
87 kWh

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIGRESSÃO	11,00	0,00
DITRIBUIÇÃO	23,00	0,00
DITRIBUIÇÃO	47,00	0,00
PERDA	0,00	0,00
PERDA	15,00	0,00
PERDA	15,00	0,00

VENCIMENTO
25/08/2014

TOTAL A PAGAR
R\$ 10,59

Descrição	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. de Energia/SE	4,17	39,37
Cobrança de Energia	4,42	41,74
Serviço de Transmissão	0,17	1,51
Imposto de Renda	0,48	4,53
Imposto de Renda e Encargos	1,34	12,55
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	10,59	100,00

Total de Cobrança de Uso do Sistema de Distribuição
pelo 8/2014) 10,59

ATENÇÃO

- Que unidade foi lida como Bateria Flutuante, sendo um desconto de R\$10,75

SERVIÇO

VENCIMENTO
25/08/2014

TOTAL A PAGAR
R\$ 10,59

Roberto: 9-120-302-391
Móvel: 202921-2014-00-2

65040000000-3 10500040000-1 02029212014-9 08201200019-4





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

RUA DA PALMA, CENTRO FONE: (0) 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2014/06570.0-000678

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Endereço: RUA DA PALMA, CENTRO FONE: (0) 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

FATO

Data e Hora do Fato: 11/08/2014 - 09:30 até 11/08/2014 - 10:00

Endereço: RODOVIA QUE LIGA GLÓRIA A MONTE ALEGRE Número: Complemento: CEP: 49680-000

Bairro: Centro Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: VALDOMIRO SILVA NUNES

Nome do pai: OSVALDO DA SILVA NUNES Nome da mãe: MARIETA DA MOTA

Pessoa: Física CPF/CGC: 588.022.075-34 RG: 10738444 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: RIBEIROPOLIS Data de nascimento: 20/03/1970 Sexo: Masculino Cor da pele: Branca

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau incompleto

Endereço: POVOADO ALGODÃO Número: SN Complemento: CASA

CEP: 49.680-000 Bairro: ZONA RURAL Cidade: NOSSA SENHORA APARECIDA UF: SE

Proximidades: VIZINHO AO BAR DE LOUDES Telefone: 99982026

HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE QUE É PROPRIETÁRIO DE UMA MOTOCICLETA MARCA HONDA/MODELO CG 150 TITAN ESD/ ANO 2013, PLACA OEL5142, CHASSI 9C2KC1630DR308239, COR PRETA, EMPLACADA EM NOME DE JOSEVALDO ARCANJO DOS SANTOS, CPF 019.249.105-84. QUE NO DIA E HORA ACIMA SUPRACITADOS CONDUZIA SUA MOTOCICLETA NA RODOVIA QUE LIGA GLÓRIA A MONTE ALEGRE COM DESTINO A ESTA CIDADE DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, MOMENTO EM QUE NO BRAÇO DA CRUZ TINHA UM BURACO E O NOTICIANTE PERDEU O EQUILÍBRIO, SENDO ARREMESSADO AO CHÃO, LESIONANDO-SE FISICAMENTE. QUE FOI SOCORRIDO POR CONHECIDOS E LEVADO AO HOSPITAL REGIONAL DESTA CIDADE DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA E LOGO EM SEGUIDA ENCAMINHADO AO HOSPITAL DE ARACAJU-SE PARA SER REALIZADA A CIRURGIA NO DEDO POLEGAR DA MÃO ESQUERDA; QUE REGISTRA ESTE BO AFIM DE ACIONAR O SEGURO DPVAT.

Data e hora da comunicação: 29/08/2014 às 09:43

Última Alteração: 29/08/2014 às 09:43.

Valdomiro Silva Nunes

VALDOMIRO SILVA NUNES
Responsável pela comunicação

Larissa Lorrana Lima Barreto

Larissa Lorrana Lima Barreto
Responsável pelo preenchimento

① alergia

MS/DATASUS		HOSPITAL REGIONAL DE NOSSA SENHORA DA GLORIA	
No. DO BE: 90683		DATA: 11/08/2014 HORA: 17:47 USUARIO: MESILVA	
CNS:		SETOR: 02-CONSULTORIO ADULTO	
IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	: VALDOMIRO SILVA NUNES		DOC....: 1,073,844
IDADE.....	: 44 ANOS NASC: 20/03/1970		SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....	: POVOADO ALGODAO		NUMERO: 0
COMPLEMENTO....	: CASA		CEP....: 49540-000
MUNICIPIO.....	: NOSSA SENHORA APARECIDA		UF: SE
NOME PAI/MAE...	: OSVALDO DA SILVA NUNES		/MARIETA DA MOTA
RESPONSAVEL....	: O MESMO		TEL....: 0799854220
PROCEDENCIA....	: NOSSA SENHORA DE APARECIDA-SE		0
ATENDIMENTO....	: DOR		TRAUMA: NAO
CASO POLICIAL..	: NAO		
ACID. TRABALHO:	: NAO		
PA: [120 x 80 mmHg]		PULSO: []	TEMP.: [] PESO: []
EXAMES COMPLEMENTARES:		[] RAIO X	[] SANGUE
		[] LIQUOR	[] ECG
		[] URINA	[] TC
		[] ULTRASSONOGRAFIA	
SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO			
DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___			
ANOTACOES DA ENFERMAGEM: 19.20. paciente transferido para MSE com edema no MSE. edema no MSE. CID: 92383			
DIAGNOSTICO:		HORARIO DA MEDICACAO	
PRESCRICAO			
① R de 200 mg po 2 vez esp. de 12h		1200 mg	
DATA DA SAIDA: / /		HORA DA SAIDA: :	
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO		[] DESISTENCIA	
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO			
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):			
TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):			
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS		[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATO	
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL		ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO	

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA- SERGIPE.

CÓPIA

Processo: 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 092486080001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar - Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, vem, por seus advogados *in fine*, com instrumento procuratório em anexo e endereço profissional constante do limbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, apresentar:

CONTESTAÇÃO

Aos termos da AÇÃO DE COBRANÇA proposta por VALDOMIRO SILVA NUNES, pelos argumentos fáticos e jurídicos abaixo aduzidos.

1- INICIALMENTE

1.1-Das comunicações processuais

Importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam vinculadas em nome da Bela. Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez, OAB/SE 631-A, sob pena de nulidade insanável.

1.2 - Resumo da Inicial

Afirma a parte autora em sua exordial que foi vítima de acidente de trânsito em 11/08/2014, que resultou em invalidez permanente. Requeru então, por via administrativa, a indenização por invalidez permanente decorrente do seguro DPVAT, alegando obter o pagamento no valor de R\$ 2362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Inconformado com a quantia recebida, ajuizou a presente demanda, pleiteando o recebimento da indenização complementar, levando em consideração o valor do teto legal de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Porém como restará demonstrado nesta peça de bloqueio, tal pleito não merece prosperar.

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 423917 - AGF DESEMBARGADOR MAYNARD - SE
ARACAJU
CNPJ....: 06009958000120 Ins Est.: 271380225

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 16/03/2015 Hora.....: 17:06:05
Caixa.....: 62403740 Matrícula.: 6640*****
Lancamento.: 000 Atendimento: 00055
Modalidade.: A Vista

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SERVICO PROTOCOLO P	1	16,20
Valor do Porte(R\$)...	16,20	
Cap Destino: 49540-000 (SE)		
Peso real (KG).....	0,192	
Peso Tarifado:.....	0,192	
OBJETO.....: SF0229530/4000		
Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)		
N Processo:201562200011		
Orgao Destino:SE		



Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto.

VALOR EM DINHEIRO(R\$):	16,20
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	16,20

Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Entrega sujeita a atrasos em virtude da greve dos caminhoneiros - CAC - Capitais e Reg Metrop. 30030100 Demais Loc: 08007257282

VIA-CLIENTE SARA 7,2,00

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA- SERGIPE.

Processo: 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 092486080001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar – Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, vem, por seus advogados *in fine*, com instrumento procuratório em anexo e endereço profissional constante do timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, apresentar:

CONTESTAÇÃO

Aos termos da AÇÃO DE COBRANÇA proposta por **VALDOMIRO SILVA NUNES**, pelos argumentos fáticos e jurídicos abaixo aduzidos.

1- INICIALMENTE

1.1-Das comunicações processuais

Importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam vinculadas em nome da Bela. **Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez, OAB/SE 631-A, sob pena de nulidade insanável.**

1.2 - Resumo da Inicial

Afirma a parte autora em sua exordial que foi vítima de acidente de trânsito em **11/08/2014**, que resultou em invalidez permanente. Requereu então, por via administrativa, a indenização por invalidez permanente decorrente do seguro DPVAT, alegando obter o pagamento no valor de R\$ 2362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Inconformado com a quantia recebida, ajuizou a presente demanda, pleiteando o recebimento da indenização complementar, levando em consideração o valor do teto legal de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Porém como restará demonstrado nesta peça de bloqueio, tal pleito não merece prosperar.

2- PRELIMINARMENTE

2.1- Da Inépcia da inicial: Da ausência de documentação indispensável à propositura da demanda – Laudo pericial do IML – art. 5º, § 1º e §4º, da Lei 6.194/74

Para a efetiva verificação dos elementos do sinistro, deve-se analisar, atentamente, se pela parte Autora foi apresentada toda a documentação indispensável à propositura da demanda, considerando o art. 283 do Código de Processo Civil, bem assim o art. 5º, § 1º, a, da Lei 6.194/74.

A demonstração destes documentos, conforme se infere, é condicionante para o recebimento da indenização referente ao seguro DPVAT. A legislação determina que a não apresentação, seja do Boletim de Ocorrência ou do laudo do IML, impossibilita formalmente atestar a ocorrência do acidente e o nexo de causalidade com as consequências apontadas e, até mesmo, o local do acidente que define a competência territorial para julgamento da demanda.

No caso de alegada invalidez, faz-se necessária a apresentação do laudo do IML detalhando as eventuais lesões corporais e constituindo meios de prova do que se alega. Entrementes, a parte Autora não apresentou o citado documento, indicando a realização da perícia e, conseqüentemente, impossibilitando a aferição da dita lesão.

Diante dos fundamentos acima, configurada está a ausência de documento essencial à propositura da demanda, devendo ser extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, VI do CPC. Se assim não entender o julgador, deve considerar no mérito que o autor não fez prova de suas alegações.

2.2- Da carência de ação – falta de interesse de agir

Quadra registrar que, como ato jurídico perfeito, o pagamento configura-se imodificável e possui presunção de validade. Portanto, a quitação dada pela parte Autora, na esfera administrativa, não carrega qualquer vício que indique a sua nulidade e, desta forma, permanece plenamente eficaz, sobretudo considerando que tal ato jurídico, por ser perfeito, deve contar com a segurança jurídica que lhe é afeta.

A Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 6º, §1º, conceitua o ato jurídico perfeito. Como tal, o pagamento efetivado somente poderia ser desconstituído por meio de decisão judicial, proferida em ação direcionada a esta finalidade. Neste sentido, manifestou-se o Supremo Tribunal Federal:

“Se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por

efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)”¹

Verifica-se, pois, a inexistência de qualquer manifestação da parte Autora acerca de vícios no pagamento dantes concretizado, restando inabalado o reconhecimento da quitação da indenização decorrente do seguro DPVAT. Neste passo, evidencia-se a ausência de interesse de agir da parte Autora, de tal forma que o presente processo deve ser julgado extinto, sem resolução do mérito, com fulcro nos arts. 3º e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

3- MÉRITO

3.1- Da legislação aplicável - Lei 11.945/2009

A parte autora faz seu pleito olvidando-se das regras de cálculo para indenização por invalidez permanente introduzidas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.945/2009, embora tal tema já tenha sido debatido e afastado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4.350, realizado no dia 23 de outubro de 2014.

No que toca a suposta inconstitucionalidade formal na edição da MP 451/2008, não subsistiria, visto que foi esta convertida na Lei 11.945/2009 e, deste modo, os eventuais vícios existentes, restaram sanados com a conversão, conforme entendimento jurisprudencial já pacificado (ADI nº 1.721, Rel. Min. Carlos Britto, julgamento em 11/10/06, DJ de 29/06/07).

Ademais, a nossa Suprema Corte admite o exame jurisdicional do mérito dos requisitos de relevância e urgência na edição de medida provisória apenas em casos excepcionalíssimos, e, especificamente sobre a MP 451/2008, entendeu o Nobre Relator da citada ADI 4.350, o Senhor Ministro Luiz Fux, que **“os temas veiculados pelas regras combatidas são de inegável relevância social e sua disciplina exige uma atuação urgente do Poder Executivo”**.

Ao realizar o julgamento da ADI 4.350, entendeu o Ministro Luis Fux que, não se entrevê, ao longo dos dispositivos impugnados, qualquer ofensa à Constituição quando se fixa legalmente a quantia devida em razão do acidente de trânsito proporcional ao grau da lesão, através da tabela de cálculo da indenização do Seguro Obrigatório.

Além disto, entende-se que os critérios adotados pelo Legislador, que considerou o grau da incapacidade funcional para se determinar o valor devido, são razoáveis e dentro do parâmetro aceitável. Dessa forma, de acordo com o voto do Nobre Relator da ADI 4.350, não há loteamento do corpo humano com a aplicação da tabela de graduação, mas apenas uma preocupação recomendável com o pagamento justo ao acidentado.

Por outro lado, ressalta-se que o STJ tem se posicionado no sentido de reconhecer a aplicação da tabela determinada pela Lei 11.945/2009, conforme julgado colacionado abaixo:

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.

1. É válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial. Precedente.

2. Recurso conhecido e improvido. (REsp nº 1.101.572/RS- Recurso Especial 2008/0251090-0. Rel. Min. Nancy Andrighi DJe 25.11.2010)

¹STF, RE n.º 93.861-3/RJ, Rel. Min. Clovis Ramalhete.

Ainda, foi editada a Súmula 474 do STJ: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Isso porque, no plano material, não se vislumbra a inconstitucionalidade da Lei 11.945/2009, uma vez que não há um fundamento concreto para se defender qualquer violação aos preceitos constitucionais, em especial ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Primeiro** porque se feriria o princípio constitucional se, e somente se, deixasse de pagar os adequados e razoáveis valores àqueles acometidos de invalidez em decorrência de acidente de trânsito. Por outro lado, o que se extrai das alterações legislativas é a aplicação imediata e objetiva dos princípios da ponderação e da proporcionalidade. **Segundo**, pois a referida lei estabelece meios de prover a segurança jurídica dos segurados à medida que objetivamente define o valor indenizatório conforme a lesão sofrida, não havendo espaço para qualquer celeuma, uma vez que o valor das indenizações para o seguro está expressa em lei, em quantia certa e determinada, de maneira que duas pessoas vitimadas da mesma lesão receberão o mesmo quantum indenizatório. Na medida em que a tabela é aplicada corretamente, tem-se o real cumprimento do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, deixando claro que a tese do autor é descabida.

Resta claro que a pretensão autoral não encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio, mesmo porque a redação do inciso II do art. 3º da lei de regência, estabelece que a indenização decorrente de invalidez não é estanque e baseada em valor fixo integral, como a de morte. Caso assim o fosse, o legislador não optaria pela utilização da palavra **ATÉ** antes do valor. Tal conclusão é indubitável, pois se sabe que a invalidez permanente pode ser total ou parcial, e nestes casos, completa ou incompleta.

Além do que, pode atingir membros e sentidos diferentes, gerando maiores ou menores dificuldades na vida da pessoa lesionada. Nisto não incorre em equívoco a supramencionada lei, ao passo que observa os princípios da Igualdade e da Isonomia, de forma que danos menores, a exemplo da perda funcional completa do menor dedo da mão, não podem ser tratados igualmente à perda funcional completa de ambos os membros superiores e inferiores. Afirmar o contrário seria desconsiderar os princípios constitucionais da ponderação e isonomia, além de desvirtuar o âmago dos valores da justiça.

Desta forma, de acordo com a ADI 4.350, a Lei 11.945/2009 é constitucional sendo devida a aplicação de cálculo das indenizações requeridas às Seguradoras participantes do Consórcio DPVAT através do enquadramento na tabela incorporada à Lei 6.194/74 e aplicação de grau de invalidez conforme seu art. 3, § 1º, como se verá adiante.

3.2- Da Graduação Da Invalidez - Sua Quantificação

O seguro DPVAT tem orientação diversa daquela que norteia a Seguridade Social, uma vez que o INSS, na avaliação da aposentadoria por invalidez, considera critérios biopsicossociais para a aferição da incapacidade laboral, ao passo que o sistema DPVAT considera como invalidez a perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão.

Até a edição da MP 451/08, convertida na Lei 11.945/09, a quantificação das lesões era regulamentada pela Circular do CNSP nº 029/91, por competência delegada pelo art. 36, alínea “c”, do Decreto-Lei 73/66. Trata-se matéria já pacificada, conforme voto vencedor da Ministra Nancy Andrighi, no Resp. 1.101.572/RS, STJ.

No caso vertente, ocorrido o acidente durante a vigência da Lei 11.945/09, o cálculo do **grau de invalidez** obedece ao seguinte parâmetro:

Lei 11.945/09

[...] § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

O cálculo da indenização obedece, portanto, à seguinte equação:

teto x enquadramento na tabela x percentual da perda apurado

Ressuma evidente que a existência da lesão e do nexo causal não implica, automaticamente, no direito à percepção do teto indenizatório, mas somente no valor apurável, após a correlação objetiva do grau e extensão da lesão ao disposto na tabela aplicável.

E não poderia ser de modo diferente, sob pena de violação do **princípio constitucional da isonomia**. A distinção legal entre a invalidez total e a parcial decorre de imperativo da justiça distributiva, favorecendo em maior proporção econômica aquele que experimentou a maior lesão física definitiva. Destarte, a fixação de índices e tabelas é um requisito objetivo para que o sistema funcione com o mínimo de interferência subjetiva.

O Superior Tribunal de Justiça, em decisão de 19/06/2012, elaborou o enunciado de **súmula nº 474**, asseverando a necessidade de quantificação do grau de invalidez, aferida por meio de prova pericial: **"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."**

No caso vertente o autor alega ter sofrido invalidez na mão esquerda, que por sua vez, possui o seguinte enquadramento na tabela vigente:

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou uma das mãos – 70%

No caso concreto, foi apurado administrativamente, através de perícia médica realizada pelo Dr. Dorian Braga Saraiva, CRM 52.32571-1, conforme laudo administrativo em anexo, que a lesão na mão esquerda foi de grau leve (25%), tendo-se o seguinte cálculo:

$$(13.500,00) \times (70\%) \times (25\%) = R\$ 2362,50$$

Nessa toada, verifica-se que o valor pago pela Seguradora está em consonância com as normas vigentes, não havendo complementação devida. Ressalte-se, ainda, que entendendo a parte Autora ser devida qualquer complementação, tem ela o ônus da prova correspondente, do qual não se desincumbiu no caso concreto.

3.3- Da insuficiência de provas - Necessidade de perícia médica

Considerando a necessidade de averiguação da invalidez permanente e o seu percentual de extensão, quadra pleitear a produção de prova pericial, a ser concretizada pelo Instituto Médico Legal, consoante capitulado no art. 5º, § 5º, Lei 6194/74, modificada pela Lei 8.441/92.

Nessa toada, transcreve-se a decisão judicial prolatada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em sede do Agravo de Instrumento nº 0633358-4 (Rel. Des. Valter Ressel), cujo acórdão foi publicado em 23.11.2009:

"[...] Veja-se ainda que o próprio autor, na inicial, fez requerimento, não de que fosse realizada perícia por médico particular, mas de que, na forma do art. 5º da Lei 6.194/74, a perícia fosse feita junto ao IML. Confira-se: "V - DA PERÍCIA. O art. 4º parágrafo 5º, da lei 6.194/74, prevê a perícia complementar, em vítimas inválidas de acidente de trânsito; Desta forma, fica requerida a perícia junto ao IML local, para que esclareça se há invalidez no autor em decorrência do acidente sofrido" (f. 20-TJ).

3.4. Diante disso, não vejo sentido na designação, pelo juízo a quo, de perito particular para realização da perícia, já que a lei tem previsão específica em sentido diverso.

Em caso análogo de minha relatoria, julgado recentemente, esta 10ª Câmara Cível aplicou esse mesmo entendimento, como se pode conferir da ementa, assim posta:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO (DPVAT). DECISÃO QUE INVERTE O ÔNUS DA PROVA E TRANSFERE À SEGURADORA O DEVER DE PROVAR A AUSÊNCIA DE INVALIDEZ DO SEGURADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO, POR NÃO SE TRATAR DE RELAÇÃO DE CONSUMO A JUSTIFICAR A APLICAÇÃO DO CDC. SEGURO OBRIGATÓRIO. AUSÊNCIA DE AUTONOMIA DA VONTADE. ÔNUS DO AUTOR DE FAZER PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO (CPC, 333, I DO CPC). EXAME DE INVALIDEZ QUE DEVE SER REALIZADO PELO IML, A TEOR DO QUE DISPÕE A LEI 6.194/74 E CONFORME REQUERIDO NA INICIAL. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO." - j. em 08 de outubro de 2009, participaram do julgamento os Juízes Substitutos de 2º Grau Vitor Roberto Silva e Albino Jacomel Guérios.

4. À LUZ DO EXPOSTO, com amparo no art. 557, § 1º-A do CPC, DOU PROVIMENTO ao presente recurso, para reformar a decisão agravada e determinar que a perícia seja realizada pelo IML. [...]"

O Superior Tribunal de Justiça, em decisão de 19/06/2012, pacificou o entendimento, elaborando o enunciado de **súmula nº 474**: "**A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.**"

Portanto, requer-se que a prova pericial requestada seja realizada pelo IML, *ex vi* do art. 5º, § 5º, Lei 6194/74, modificada pela Lei 8.441/02. Se, porventura, assim não compreender este Julgador, o que se admite para argumentar, requer seja nomeado perito judicial e a Seguradora intimada para providenciar o depósito dos honorários pertinentes, estipulados em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, **tendo como parâmetro a Resolução CNJ 127/2011, e a Resolução nº 35/2006, do TJSE.**

Por fim, apresentam-se os quesitos, para apreciação e resposta pelo perito, quais sejam:

- a) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
- b) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
- c) A citada invalidez atinge que órgão, membro, função ou sentido? Descreva a lesão constatada.
- d) Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
- e) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado ou redução funcional no órgão, membro, função ou sentido lesionado?
- f) Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
- g) Sendo negativa a resposta ao item "f", qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?

3.4-Dos juros legais e da correção monetária

Sendo certa a afirmativa de que os JUROS DE MORA correspondem à sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida e, ainda, que o devedor só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia, conclui-se que, antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.

Com efeito, a mora inexistente se ao devedor não foi imputado fato ou omissão a que tenha dado causa (Código Civil, Art. 396). Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, Art. 398).

Desta feita, não tendo a Seguradora praticado qualquer ilicitude, não são os juros moratórios devidos, cabendo contar-se a incidência dos mesmos, quando muito, a partir da citação inicial, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil. Ainda, este é o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: **"SÚMULA N. 426-STJ. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."**

Acerca da correção monetária, espera a Seguradora que esta seja aplicada utilizando-se como parâmetro de correção o INPC-IBGE e que se considere, como termo inicial, a data da propositura da presente demanda, em observância ao disposto da lei nº 6.899/81. Neste sentido:

"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR SI SÓ NÃO GERA DANO MORAL. Pelo fato descumprimento contratual, somente em casos excepcionálíssimos autoriza indenizar

danos extrapatrimoniais. Caso concreto em que a pretensão da autora se esteia na negativa da ré ao pagamento do seguro obrigatório que, embora lhe possa ter trazido dissabores, não passa de fato do cotidiano razão porque é indevido. A indenização securitária não pode ser corrigida monetariamente, pena de duplicidade, posto que, nos termos da lei extravagante deve ser fixada em salários mínimos e paga com base no valor vigente à época do pagamento. Os juros de mora incidirão desde a citação, no percentual de 6% ao ano até a data em que entrou em vigor o novo Código Civil de 2002, e a partir de então, no percentual de 1% ao mês, a teor do disposto no artigo 406 deste Códex, combinado com o artigo 161, § 1º, do CTN. APELO DA RÉ PROVIDO EM PARTE. APELO DA AUTORA IMPROVIDO, POR MAIORIA.”²

Assim, verifica-se que em caso de eventual condenação, a correção deve incidir a partir do ajuizamento da ação, nos moldes estabelecidos pelo art. 1º, da Lei 6.899/81, em seu § 2º, utilizando-se o índice INPC-IBGE, e juros de 1% ao mês a partir da citação.

3.5- Da limitação dos Honorários Advocatícios - Parte autora beneficiária da Justiça Gratuita

Em decorrência do princípio da eventualidade e sendo deferido o requerimento de assistência judiciária gratuita formulada pela parte autora, em caso de hipotética condenação, os honorários de sucumbência devem ser limitados a 15% (quinze por cento), na forma do artigo 11, § 1º, da Lei 1.060 de 5 de fevereiro de 1950.

O STJ já declarou válida esta limitação, entre outras oportunidades, no seguinte acórdão:

“O recorrente alega que o percentual de 12% fixado no aresto vergastado transbordaria os limites da Lei nº 1.060/50, que dispõe:

Art. 11. § 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

Não há violação à referida norma, à medida que a condenação, na verdade, ficou claramente abaixo da lide encimada. Com efeito, a sentença fixou os honorários em 10% do valor da condenação (fl. 42) e o acórdão recorrido somente o aumentou para 12% sobre a mesma base (fl. 198).”³

Bem assim, o CPC, em seu art. 20, estabelece que o valor dos honorários advocatícios, deve ser definido, levando em consideração o zelo profissional, local por onde tramita a ação, bem como o trabalho despendido em seu curso.

Ainda, é de solar clareza que as demandas que tratam do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, não exigem maiores esforços do profissional, haja vista que, se tratando de matéria de direito, não existem grandes discussões doutrinárias e jurisprudenciais capazes de ensejar dispêndio exacerbado de tempo para criação de teses jurídicas.

² TJRS, Apelação Cível Nº 70008363194, Relator: Ana Maria Nedelscazzilli, Julgado em 05/05/2005.

³ Superior Tribunal de Justiça. Resp. 569425. Quinta Turma. Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca

Portanto, tendo como teto 15%, os honorários de sucumbência, caso venham a incidir na hipótese em apreço, devem ser arbitrados em até 10% (dez por cento).

4-REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer que:

- a) Seja acolhida a preliminar de inépcia da petição inicial, mercê da ausência de documentação indispensável a propositura da demanda, qual seja, laudo pericial do IML (art. 5º, § 4º e §5º, da lei 6.194/74), extinguindo o processo, sem resolução do mérito;
- b) Rejeitada a preliminar suscitada, seja reconhecida a ausência de interesse de agir, mercê da carência da ação, extinguindo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC;
- c) Superado o pleito anterior, **sejam julgados improcedentes** todos os pedidos da presente ação, ante a plausibilidade das razões aqui apresentadas, extinguindo o processo com resolução de mérito, conforme disposto no art. 269, I, do Código de Processo Civil;
- d) Seja a parte Autora condenada no pagamento de honorários advocatícios, em razão da sucumbência;
- e) Subsidiariamente, acaso assim não compreenda o Julgador, requer sejam observados os parâmetros acima indicados, considerando, para cálculo da indenização, a incidência de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, com base no índice INPC-IBGE; e juros incidentes apenas a partir da citação válida, sob pena de violação aos dispositivos legais ressaltados;
- f) Em caso de eventual condenação, sejam os honorários de sucumbência limitados ao patamar de 10% (dez por cento), consoante capitulado no art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.
- g) Pugna pela produção de todos os meios de provas em Direito admitidas, especialmente pericial.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 16 de março de 2015.

Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez
OAB/SE 631-A

Verônica Gonçalves Magalhães de Castro
OAB/SE 4.168

CÁLCULOS CONDENÇÃO

Valor da condenação: R\$ 1.012,50

Termo inicial da CM (do pgto adm): 29/09/2014

Juros (da citação): 27/02/2015

Honorários: 20%

Resultado do Cálculo (em Real)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: 03/08/2016

Juros Incidentes: Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)

Juros a partir da data: 27/02/2015

Percentual de Juros: 1,00%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
29/09/2014	1.012,50	1,19320878	1.208,12	18,00%	217,46	1.425,58
Subtotal						1.425,58

ACESSÓRIOS

	R\$
Honorários de Sucumbência - Percentual: 20%	285,11
Subtotal	1.710,69
Total Geral	1.710,69

TOTAL DEVIDO: R\$1.710,69



Gerada em
04/05/2015
16:02:47

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

**Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medici, S/N - Centro**

TERMO DE AUDIÊNCIA**Dados do Processo**

Número 201582200011	Classe Ação de Rito Sumário	Competência N. SRª APARECIDA	Ofício Único
	Situação ANDAMENTO	Distribuído Em: 09/01/2015	Local do Registro N. SRª APARECIDA

Dados da Parte

Autor	VALDOMIRO SILVA NUNES	Advogado(a): JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
Reu	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT	Advogado(a): MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ - 631-A/SE



PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE SERGIPE

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS

DISTRITO JUDICIÁRIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA/SE

Rua Presidente Médice, s/n, CEP 49540-000

Fone: 79-3483-1380

Pregão:201582200011

RG/OAB

VALDOMIRO SILVA NUNES

Reclamante

Presente

JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS – OAB/SE 7192 Advogado(a) do reclamante

Presente

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

Reclamado

Presente

MARCIO VAGNER DE JESUS SILVA – OAB/SE 6842

Advogado do reclamado

Presente

Termo de Audiência

Aos 30.04.2015, às 10:57h, nesta cidade de NOSSA SENHORA APARECIDA no Fórum Local, Comarca de Ribeirópolis(SE), onde presente se achavam o Conciliador **Alberlito Andrade Silva**, declarada aberta a audiência e apregoadas as partes e respectivos Advogados e/ou defensor acima identificados. Aberta a audiência, o requerido juntou carta de preposição e substabelecimento. Proposta a conciliação, a mesma restou infrutífera. Já consta nos autos contestação e réplica da parte autora. As partes pugnaram pelo prosseguimento do feito. A reclamada reiterou o pedido de depoimento pessoal do autor bem como realização de perícia.DELIBERAÇÃO: faço os autos conclusos para julgamento. Presentes intimados. Nada mais havendo foi o presente encerrado. Eu, _____, **Alberlito Andrade Silva**, Técnico Judiciário da Secretaria Judicial da Secretaria Judicial, o digitei e subscrevo.

Alberlito Andrade Silva

Conciliador - Mat. 7212

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira

Juiz(a) de Direito

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**

-

DECISÃO OU DESPACHO**Dados do Processo**

Número 201582200011	Classe Procedimento Sumário	Competência Nossa Senhora Aparecida
Guia Inicial 201612700778	Situação JULGADO	Distribuído Em: 09/01/2015
Julgamento 02/06/2016		Caixa 6

Dados da Parte

AUTOR	VALDOMIRO SILVA NUNES 58802207534	Advogado: JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT 09248608000104	Advogado: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA - 918-A/SE

Processo nº: 201582200011**DESPACHO**

R. Hoje,

Cadastre-se as petições de fls.119/120 como "Cumprimento de Sentença", acostando aos novos autos cópias da sentença, do acórdão, da certidão de trânsito em julgado, das petições que informam o cumprimento da obrigação e deste expediente.

Após, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de quitação plena e consequente extinção do presente feito.

Ademais, mantenham-se estes autos na Secretaria até o julgamento do cumprimento de sentença.

Em, 17 de Outubro de 2016.

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

GB0

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino
Juiz(a) de Direito



Gerada em
17/06/2015
17:17:33

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

**Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medici, S/N - Centro**

DECISÃO OU DESPACHO**Dados do Processo**

Número 201582200011	Classe Ação de Rito Sumário	Competência N. SRª APARECIDA	Ofício Único
	Situação ANDAMENTO	Distribuído Em: 09/01/2015	Local do Registro N. SRª APARECIDA

Dados da Parte

Autor	VALDOMIRO SILVA NUNES	Advogado(a): JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
Reu	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT	Advogado(a): MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ - 631-A/SE

Processo nº: 201582200011

DESPACHO

1- Considerando que as circunstâncias constantes dos autos evidenciaram ser improvável a solução do litígio mediante conciliação entre as partes, conforme termo de audiência de fls. 59, passo ao que determina o art. 331, §2º do Código de Processo Civil:

Em sua peça de defesa, a requerida alega, preliminarmente, a inépcia da inicial, ante a ausência de laudo do IML e a falta de interesse de agir.

Com relação à inépcia da inicial por ausência de laudo do IML, a fim de provar a invalidez permanente do requerente. Tal alegação não merece guarida, tendo em vista que comprovada a ocorrência do acidente por meio de boletim de ocorrência policial (fls. 14), preenchidos estão os requisitos legais a ensejar a indenização reclamada, prevista no artigo 5º da Lei 6.194/74, a saber:

“Exige-se para pagamento da indenização a simples prova do acidente e do dano ocorrente”.

Ademais, vale destacar que houve pagamento administrativo por parte da seguradora, frisando-se que no documento de fls. 10 consta sinistro de invalidez. Assim, resta comprovada a ocorrência do acidente e do dano causado, não havendo que se falar em ausência de documentos, pois a quitação parcial serve como uma prova de que houve invalidez permanente. Por conseguinte, é forçoso afastar a preliminar de inépcia da inicial aduzida na defesa.

Em relação a preliminar de falta de interesse de agir, suscita a empresa demandada que o reclamante firmou administrativamente pacto consensual com si, dando ampla, geral e irrevogável quitação ao valor recebido. Esclarece que deve ser observada a transação realizada, sendo esta, uma das formas de extinção das obrigações, só desconstituindo-a se houver vício de consentimento.

No entanto, analisando os autos, percebe-se que a presente demanda envolve complementação de pagamento do seguro obrigatório, acerca do qual é assente a posição do Superior Tribunal de Justiça de que a quitação do valor já recebido pela parte requerente não significa renúncia ao seu direito, que é assegurado por lei, havendo extinção da obrigação tão somente no que diz respeito ao *quantum* quitado pela seguradora.

Logo, rejeito as preliminares arguidas em sede de contestação.

No mais, partes legítimas e bem representadas. Presente o interesse.

Fixo como ponto controvertido o grau de invalidez da parte autora.

Dou o feito por saneado. Não ocorre nenhuma hipótese de extinção do processo (CPC, art. 329).

Este juízo entende ser necessário a confecção de laudo pericial para averiguar a incapacidade da parte autora.

Oficie-se o Tribunal de Justiça do Estado para que disponibilize perito, com especialidade **ORTOPEDIA**, apto a averiguar se a autora está incapacitada para exercer sua profissão em decorrência da doença.

Arbitro honorários a favor do perito no importe de R\$ 788,00.

Após, intimem-se as partes, para que compareçam na data, horário e local marcados.

Em 5 (cinco) dias indiquem as partes assistentes técnicos e apresentem quesitos.

Outrossim, desde já apresento os seguintes quesitos:

1 - O acidente automobilístico sofrido pela autora ocasionou invalidez permanente?

2 - As lesões diretamente decorrentes do acidente são suscetíveis de amenização por alguma medida terapêutica?

3 - Em caso de resposta positiva ao primeiro quesito, a invalidez permanente foi total ou parcial?

4 - Se parcial, a invalidez foi completa ou incompleta?

5 - Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e completa, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74?

6 - Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e incompleta, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? E as perdas podem ser consideradas de repercussão intensa, média, leve ou é o caso de ocorrência de sequelas residuais?

Com recebimento do resultado do exame, intinem-se as partes para manifestação em 5 (cinco) dias.

Cumpra-se.

Ribeirópolis/SE, 09/06/2015.

Juíza de Direito

ANA MARIA ANDRADE FREIMAN BARROZO

Juiz(a) de Direito

72

RELATÓRIO DE PERÍCIA MÉDICA

A perícia médica não tem por fim o julgamento de causa, mas sim o fornecimento de provas objetivas para que isso seja bem executado pelo magistrado.

PREÂMBULO

Em resposta a intimação do Excelentíssimo Sr. Juiz, para realização de exame no Sr. **VALDOMIRO SILVA NUNES**, brasileiro, masculino, residente e domiciliado no Povoado Algodão – Nossa Senhora Aparecida-SE. Processo 201582200011.

Perícia realizada no horário apurado, estando o periciando sem acompanhantes, sem assistente técnico das partes.

HISTÓRICO

Os dados abaixo relacionados representam uma síntese de todo o histórico médico de sinais e sintomas, antecedentes, e fatos de interesse para esta perícia, baseado em relato espontâneo do periciando ou interrogação e constatação pelo exame do perito.

HISTÓRIA

O requerente refere acidente de motocicleta em agosto de 2014, sofrendo fratura polegar esquerdo.

EXAME FÍSICO GERAL E ESPECIALIZADO

GERAL

Periciando (a) com tipo constitucional normolineo, bom estado geral, bem trajado (a), consciente, contactuante, orientado (a) no tempo e no espaço, normocorado (a), hidratado (a), normotenso (a), eupneico (a). As características físicas exibidas são: compatíveis com o sexo, tipo étnico e idade.

ESPECIALIZADO

INSPEÇÃO

Geral

Marcha em atitude normal. Relação normal dos segmentos corporais. Trofismo muscular, simetria, forma e volume articular globalmente preservado. Ausência de máculas e tumorações.

Membros Superiores

Ombro e cotovelo sem deformidades, simétricos e tróficos. Ausência de deformidades em mãos (garra ulnar, botoeira, martelo). Cicatriz cirúrgica polegar esquerdo.

Tronco

Implantação do cabelo normal, escoliose e gibosidades ausentes. Cifoses e lordoses dentro dos padrões da normalidade.

Membros Inferiores

Desvios e angulações de joelhos ausentes no plano coronal e sagital. Arqueamento tibial, alinhamento das pernas, relação dos maléolos, silhueta do pé, arco plantar longitudinal e angulação do retropé dentro dos padrões da normalidade.

Paulo Cândido da Silva Júnior
Médico Perito
CRM 3726 - 15/05/7-12

PALPAÇÃO

Temperatura e textura cutânea dentro da normalidade; eminências ósseas, ventres musculares e tendões palpáveis com ausência de crepitação, sinais flogísticos ou sinais de ruptura; e tumorações ausentes em membros superiores, membros inferior e tronco.

GRAU DE MOBILIDADE

Membros Superiores

Déficit de mobilidade polegar esquerdo.

Tronco

Coluna cervical e coluna toracolombar (flexo-extensão, rotação e inclinação lateral), sem sinais de limitação da amplitude de movimento.

Membros Inferiores

Quadris (extensão, rotação interna, rotação externa, flexão, abdução e adução); Tibiotársica (dorsiflexão e flexão); Subtalar (inversão e eversão); Mediotársica (adução e abdução); Metatarso-falangeanas (flexão e extensão) e Interfalangeana do hálux (flexão e extensão) com amplitudes de movimento simétricas e sem sinais aparentes de bloqueio articular.

EXAME NEUROLÓGICO

Membros Superiores

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes às raízes do plexo braquial; e aos nervos ulnar, mediano e radial. Ausência Sinal Hoffman.

Tronco

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes aos dermatomos correspondentes a esta área corporal

Membros Inferiores

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes às raízes do plexo lombossacro e cauda equina; e ao nervo safeno (L4), fibular superficial e profundo (L5) e sural (S1). Sinal de Lasegue ausente bilateral, reflexos normais.

Exame muscular: Quadris (flexores adutores, abdutores e extensores); Joelhos (extensores e flexores); Tornozelos e Pés (dorsiflexores, flexores plantares e fibulares) sem sinais aparentes de déficits de força.

EXAME VASCULAR

Membros superiores

Pulsos: apresentando pulso braquial, radial e ulnar presente, simétrico e de boa amplitude.

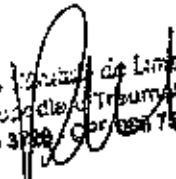
Sem edema ou sinais de estase venosa nos membros.

Membros Inferiores

Pulsos: apresentando pulso femoral, poplíteo, tibial posterior e do dorso do pé presentes, simétrico e de boa amplitude.

Sem presença de veias varicosas, edema ou sinais de estase venosa.

EXAMES SUBSIDIÁRIOS


 Dr. Luiz de Lima Júnior
 Médico de Traumatologia
 CRM 3788 - C.R.O. 750.817-12

Os exames aqui apresentados são os julgados de relevância para o caso, devidamente respaldados por seus executores, podendo ter sido solicitados por outro profissional da área ou por este perito.

Radiografia mão esquerda, evidenciando fratura polegar fixada com fios.

DISCUSSÃO

O texto abaixo versará sobre o caso em questão, levando em conta os dados obtidos pela história clínica, exames subsidiários, e dados relevantes dos autos do periciando, acrescido da impressão e argumentação técnica do perito.

O trauma representa um grave problema de saúde pública: é a principal causa de óbito em jovens e atinge uma faixa produtiva da população. Além do grande número de mortes, provoca um número maior ainda de casos de invalidez, acarretando enormes sofrimentos humanos e gastos públicos.

Atualmente tem aumentado vertiginosamente o índice de acidentes no trânsito e esses geralmente envolvem vítimas de faixa etária compreendida entre os 18 e 45 anos, podendo ocasionar-lhes graves seqüelas, furtando-lhes potenciais anos de vida produtiva.

A prevenção do trauma representa uma estratégia fundamental para a diminuição desses casos, com resultados mais palpáveis nas mortes imediatas. Medidas como diminuição do limite de velocidade nas estradas, sanções rigorosas aos infratores das leis de trânsito, uso obrigatório de cintos de segurança, de capacetes para os motociclistas, proibição de vendas de bebidas alcoólicas em restaurantes e bares à beira das estradas, fiscalização policial com bafômetros, são todos fatores que visam combater a ocorrência e os efeitos dos traumas.

A fratura é o resultado de uma força violenta aplicada contra o corpo. Em última análise, devemos compreender que a energia absorvida irá afetar não só os ossos, mas principalmente os tecidos moles que o envolvem, determinando lesões de vários graus de complexidade.

Fraturas expostas são aquelas nas quais uma ruptura da pele e dos tecidos moles subjacentes se comunica diretamente com o osso fraturado e o hematoma resultante. O prognóstico relativo às fraturas expostas será determinado principalmente pelo volume de tecidos moles desvitalizados causados pela lesão e pelo nível e tipo de contaminação bacteriana.

O objetivo mais importante, que constitui em última instância o objetivo máximo do tratamento das fraturas expostas, é restaurar o membro e a funcionalidade do paciente, tão rápida e completamente quanto seja possível.

As fraturas da mão são as mais incidentes do esqueleto em todas as faixas etárias, sendo que em mais de 80% dos casos são fraturas das falanges, geralmente por traumas de baixa energia. Em alguns casos podem levar a graves seqüelas da mão acometida, pois pode gerar déficits de mobilidade ou amputações traumáticas, levando a um prejuízo estético e funcional. Podem ser conduzidas com tratamento conservador ou cirúrgico, a depender do local acometido e da gravidade da fratura.

Em alguns traumas a magnitude da energia do trauma pode levar a uma completa inviabilidade do membro afetado, sendo os pontos de extrema importância para a decisão de viabilidade do membro a energia do trauma, o grau de contaminação da lesão, a grau de isquemia do membro e a idade e condições clínicas do paciente.

Levando-se em conta o diagnóstico do periciando de fratura de polegar esquerdo (Cid: S62), apresentando invalidez parcial completa 25%.

CONCLUSÃO

A conclusão aqui obtida foi fruto de um minucioso estudo do caso, acrescido da experiência e conhecimento do perito, baseado na boa prática e literatura médica vigente.

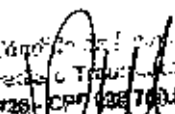
Levando-se em conta o diagnóstico do periciando de **fratura de polegar esquerdo (Cid: S62)**, apresentando invalidez parcial completa 25%.

RESPOSTAS AOS QUESITOS PÁGINA 61:

- 1) Sim.
- 2) Sim, já realizadas.
- 3) Parcial.
- 4) Completa.
- 5) 25%, perda mobilidade polegar.
- 6) -

RESPOSTAS AOS QUESITOS PÁGINA 67:

- a) Sim. Sim.
- b) Acidente narrado.
- c) Membro. Fratura polegar esquerdo.
- d) Parcial.
- e) Completa 25%.
- f) Não.
- g) Valor totalx25%.


Paulo Candido de Lima Júnior
CREMESE 3726

Membro Titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia

BIBLIOGRAFIA

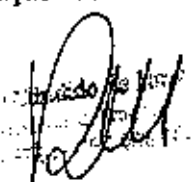
ALCÂNTARA, H. R. **Perícia Médica Judicial**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BARROS FILHO, T. E. P. **Exame físico em ortopedia**. São Paulo: Sarvier, 2001.

BUCHOLZ, R. W & HECKMAN, J. D. **Rockwood e Green: fraturas em adultos**. V. 1, 5ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

CANALE, S. T. **Cirurgia Ortopédica de Campbell**. Revisão Científica Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Nascimento, F. G (trad.) v.III. 10ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução CFM nº 1246/88 de 08 de janeiro de 1988.



7
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lei nº 5869 de 11 de janeiro de 1973.

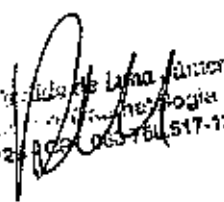
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940.

THOMPSON, J. C. Atlas de anatomia ortopédica de Netter. Terezinha Oppido (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

HEBERT, S & XAVIER R. et al. Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HOPPENFELD, S. & BOER, P. Vias de Acesso em Cirurgia Ortopédica. 2ª ed. Editora: Manole, 2001.

LOVELL & WINTER. Ortopedia Pediátrica. Morrissy, R. & Weinstein, S. L. (org.) Barueri, São Paulo: Manole, 2005.


Lima Winter
Ortopedia e Traumatologia
CRM 124.905-063-754-517-12

CONCLUSÃO

A conclusão aqui obtida foi fruto de um minucioso estudo do caso, acrescido da experiência e conhecimento do perito, baseado na boa prática e literatura médica vigente.

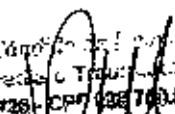
Levando-se em conta o diagnóstico do periciando de **fratura de polegar esquerdo (Cid: S62)**, apresentando invalidez parcial completa 25%.

RESPOSTAS AOS QUESITOS PÁGINA 61:

- 1) Sim.
- 2) Sim, já realizadas.
- 3) Parcial.
- 4) Completa.
- 5) 25%, perda mobilidade polegar.
- 6) -

RESPOSTAS AOS QUESITOS PÁGINA 67:

- a) Sim. Sim.
- b) Acidente narrado.
- c) Membro. Fratura polegar esquerdo.
- d) Parcial.
- e) Completa 25%.
- f) Não.
- g) Valor total x 25%.


 Paulo Candido de Lima Júnior
 CREMESE 3726

Membro Titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia

BIBLIOGRAFIA

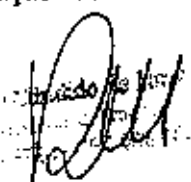
ALCÂNTARA, H. R. **Perícia Médica Judicial**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BARROS FILHO, T. E. P. **Exame físico em ortopedia**. São Paulo: Sarvier, 2001.

BUCHOLZ, R. W & HECKMAN, J. D. **Rockwood e Green: fraturas em adultos**. V. 1, 5ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

CANALE, S. T. **Cirurgia Ortopédica de Campbell**. Revisão Científica Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Nascimento, F. G (trad.) v.III. 10ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução CFM nº 1246/88 de 08 de janeiro de 1988.


 Paulo Candido de Lima Júnior
 CREMESE 3726

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE.

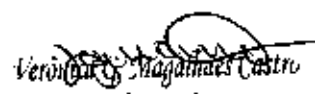
Processo nº 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra-afirmados, com endereço profissional em Salvador, constante no timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, nos autos da ação movida por VALDOMIRO SILVA NUNES, vem, respeitosamente, **em atenção ao despacho de fl.**, manifestar-se acerca do laudo coligido aos autos.

Constatou o D. Perito que a lesão sofrida pelo Autor, decorrente de acidente de trânsito 11/08/2014, corresponde a invalidez no polegar esquerdo, que lhe resultou em invalidez de graduação total (100%).

Quando do pagamento administrativo, fora realizada perícia médica, onde se constatou a invalidez na mão esquerda suportada pelo Autor, graduando-a em 25% (vinte e cinco por cento), efetuou-se o pagamento no valor de R\$ 2362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Ora, Exa., natural que, com o passar do tempo, as lesões ocasionadas com o acidente, e constatadas em parecer administrativo para a realização da indenização, sejam agravadas ou atenuadas, a depender do caso. À época da realização da perícia administrativa, o pagamento administrativo fora efetuado de acordo com o percentual apurado pelo médico perito.

Admitir que, a qualquer tempo, venha a vítima requerer judicialmente complementação do pagamento administrativo efetuado naquela circunstância, seria admitir que, em caso de atenuação da lesão, a Ré cobrasse das vítimas beneficiárias o saldo remanescente correspondente à invalidez constatada na atualidade.


Advogada
OAB/SE 4.168

ECT
Ag: 4239
ARACAJU
CNPJ.....: 06007933000100

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DIREITOS E TELEGRAFOS

Advicento.: 19/10/2015 Hora: 10
Caixa.....: 68593605 Matrícula:
Lancamento.: 111 Atendimento:
Modalidade.: A Vista

DESCRICAO	QTD.	PRECO
SERVICO PROTOCOLO P	1	17,30
Valor do Porte(R\$)...	17,30	
Cep Destino: 49540-000 (SE)		
Peso real (KG).....:	0,047	
Peso Tarifado:.....:	0,047	
OBJETO.....: DUB37135584BR		
Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)		
N Processo:	201502200011	
Orgao Destino:	SE	



Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

VALOR EM DINHEIRO(R\$):	17,30
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	17,30

Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6530/78

Os prazos de entrega poderão sofrer atrasos.

VIA-CLIENTE

SARA 7.2.00

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE.

Processo nº 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra-afirmados, com endereço profissional em Salvador, constante no timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, nos autos da ação movida por VALDOMIRO SILVA NUNES, vem, respeitosamente, **em atenção ao despacho de fl., manifestar-se acerca do laudo coligido aos autos.**

Constatou o D. Perito que a lesão sofrida pelo Autor, decorrente de acidente de trânsito 11/08/2014, corresponde a invalidez no polegar esquerdo, que lhe resultou em invalidez de graduação total (100%).

Quando do pagamento administrativo, fora realizada perícia médica, onde se constatou a invalidez na mão esquerda suportada pelo Autor, graduando-a em 25% (vinte e cinco por cento), efetuou-se o pagamento no valor de R\$ 2362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Ora, Exa., natural que, com o passar do tempo, as lesões ocasionadas com o acidente, e constatadas em parecer administrativo para a realização da indenização, sejam agravadas ou atenuadas, a depender do caso. À época da realização da perícia administrativa, o pagamento administrativo fora efetuado de acordo com o percentual apurado pelo médico perito.

Admitir que, a qualquer tempo, venha a vítima requerer judicialmente complementação do pagamento administrativo efetuado naquela circunstância, seria admitir que, em caso de atenuação da lesão, a Ré cobrasse das vítimas beneficiárias o saldo remanescente correspondente à invalidez constatada na atualidade.

Há de se asseverar que o sinistro ocorrera ao ano de 2014, há aproximadamente um ano da realização da perícia judicial, e as sequelas provocadas pelo acidente dependem exclusivamente da vítima se submeter ao tratamento médico necessário para que sejam atenuadas ao decorrer do tempo. Não pode a Seguradora ser responsabilizada pelo agravamento da invalidez suportada ao longo do tempo, quando não se pode comprovar que a vítima se submeteu a todos os tratamentos necessários para a melhora do seu quadro clínico.

Portanto, a quitação dada pela parte Autora, na esfera administrativa, não carrega qualquer vício que indique a sua nulidade e, desta forma, permanece plenamente eficaz, sobretudo considerando que tal ato jurídico, por ser perfeito, deve contar com a segurança jurídica que lhe é afeta.

Todavia, acaso assim não entenda o D. Juiz, há de se asseverar que, ao qualificar e quantificar a lesão suportada pelo Autor constatada pelo D. Perito, tem-se calculada a indenização que entende ser devida nos moldes do art. 3º, §2º da Lei 6194/74:

Teto aplicável à época do sinistro x enquadramento na tabela x percentual da perda apurado

Entendeu o D. Perito que todas as lesões suportadas pelo Autor que lhe acarretaram invalidez foram referentes a lesão no polegar esquerdo, a serem apuradas da seguinte forma:

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar – 25%

Em resposta aos quesitos, graduou a lesão em 100% (total). Considerando-se o valor do teto legal aplicável e os parâmetros apontados pelo D. Perito, tem-se o seguinte cálculo:

(R\$ 13500,00) x (25%) x (100%) = R\$ 3375,00

Assim, acaso devida alguma indenização a título de complementação do seguro DPVAT, o que não se acredita, esta não deve ultrapassar ao valor de R\$ 1012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos), correspondente ao valor que entende devido o D. Perito (R\$ 3375,00), subtraído do valor pago administrativamente (R\$ 2362,50).

Ante o exposto, pugna pela total improcedência da ação, haja vista que o pagamento administrativo fora efetuado de acordo com a invalidez suportada pelo Autor à época do acidente.

Todavia, acaso entenda o D. Juiz haver alguma complementação a título de indenização do seguro DPVAT por invalidez, ainda que já paga a quantia administrativa de **R\$ 2362,50**, à época da ocorrência do sinistro, esta complementação, se devida for, não deve ultrapassar o valor **de 1012,50 (mil e doze e cinquenta centavos)**, considerando-se a quantia que entende o D. Perito devida (R\$ 3375,00) abatida pelo valor já pago administrativamente à época da ciência do sinistro (R\$ 2362,50).

Importa solicitar que, doravante, todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira, OAB/SE 918-A**, devidamente **constituído na procuração em anexo, sob pena de nulidade insanável.**

Pede deferimento.
Aracaju, 19 de outubro de 2015.

Rodrigo Ayres Martins de Oliveira
OAB/SE 918-A

Liziane Dourado Rios da Silva
OAB/BA 31.560



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medici, S/N - Centro

SENTENÇA

Gerada em
06/06/2016
16:26:35

Dados do Processo

Número 201582200011	Classe Procedimento Sumário	Competência N. SRª APARECIDA	Ofício Único
Julgamento 02/06/2016	Situação JULGADO	Distribuído Em: 09/01/2015	Local do Registro N. SRª APARECIDA

Dados da Parte

Autor	VALDOMIRO SILVA NUNES	Advogado(a): JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
Réu	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT	Advogado(a): RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA - 918-A/SE

Vistos, etc.

I – RELATÓRIO

Valdomiro Silva Nunes, alhures qualificado, por intermédio de advogado legalmente constituído, intentou, neste juízo, a presente Ação de Cobrança de Diferença de seguro DPVAT, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, também já devidamente qualificada nos autos em epígrafe.

Ad sumam, alega a parte autora que é beneficiária dos valores referentes às indenizações do seguro DPVAT em razão de acidente automobilístico que sofreu. Sustenta que recebeu indenização no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Pleiteia a majoração do *quantum* indenizatório.

Com a inicial, juntou os documentos de fls. 10/15.

Devidamente citada, a seguradora apresentou resposta em forma de contestação (fls. 20/28). Preliminarmente, suscitou a inépcia da inicial e a falta de interesse de agir. No mérito, sustenta a aplicação da Lei nº 11.945/2009 e a necessidade de realização de perícia técnica. Ao final, pugnou pela improcedência da demanda.

Acostou documentação (fls. 29/50).

A parte autora, instada a se manifestar acerca da contestação, apresentou réplica às fls. 52/54.

Às fls. 61/62 despacho saneador rejeitando as preliminares arguidas pelo requerido, sendo, em sequência, determinada a realização da perícia.

Apresentado Agravo Retido às fls.63/66 pela demandada.

Às fls. 71/76 fora acostado o laudo técnico pericial.

Intimadas as partes para se manifestarem acerca do laudo pericial, a parte autora apresentou manifestação às fls. 78 e a parte ré às fls. 79/81.

Recebido Agravo às fls. 85, as contrarrazões foram acostadas às fls. 87.

Passo a fundamentar e decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A) Do Julgamento conforme o Estado do Processo

Acerca da necessidade de dilação probatória, notadamente no que diz respeito à produção de prova em audiência de instrução, tem-se que o presente feito se encontra apto a receber, já neste momento, apreciação quanto ao seu mérito.

Assim sendo, nos termos do art. 355, inc. I do CPC,/2015 tem-se que o processo deve ser julgado no estado em que se encontra.

Consoante fls.61/62, as preliminares arguidas em contestação já foram enfrentadas, restando preclusa a decisão saneadora diante da ausência de insurgência recursal em face do não acolhimento das teses defensivas.

C) Do Mérito

Quanto ao mérito, a discussão cinge-se ao *quantum* devido a título de indenização do seguro obrigatório – DPVAT.

Como é consabido, o DPVAT impõe o pagamento de prêmio aos proprietários de veículos automotores de via terrestre, garantindo, assim, às vítimas de acidentes, recebimento de indenização, quando da ocorrência de morte ou invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas e hospitalares, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

A ocorrência do acidente que vitimou o requerente, em 11/08/2014, encontra-se estampada nos documentos de fls.14/15. Ademais, sequer constituiu fato controverso entre as partes.

O art. 5º da Lei nº 6.194/74 prevê que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Requisitos esses atendidos no caso concreto.

Os valores da indenização estão previstos no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Isto porque resta aplicável a nova redação do artigo 3º da referida Lei nº 6.194/74, determinada pela Medida Provisória 451/08, a qual foi convertida na Lei nº 11.945/09, visto que o sinistro ocorreu em 2014, ou seja, em data posterior à vigência da alteração legislativa.

No que tange à constitucionalidade do art. 8º da Lei nº 11.482/2007 e 11.945/2009, interessante esclarecer que não há um fundamento concreto para se defender qualquer violação aos preceitos constitucionais, em especial ao princípio da dignidade da pessoa humana, pois a referida lei fixa um valor máximo para a indenização do seguro DPVAT, sobretudo para os casos em que tal quantia não se apresenta irrisória ou desproporcional ao objetivo a que se destina. Nesse sentido, o entendimento jurisprudencial:

Apelação Cível - Cobrança de diferença de indenização de Seguro Obrigatório (DPVAT) - Mérito - No caso dos autos aplica-se a Lei nº 11.482/07 porque vigente na época do evento, a qual previa a indenização de até R\$ 13.500,00 em caso de morte - Valor pago pela Seguradora em conformidade com o estabelecido na Lei - Recurso conhecido e provido - Decisão Unânime. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 4870/2010, 15ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, RELATOR, Julgado em 10/05/2011).

AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT - VALOR DA INDENIZAÇÃO - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - ÉPOCA DO SINISTRO - LEI N. 11.482/2007 - CONSTITUCIONALIDADE. Tratando-se de ação de cobrança de complementação de indenização de seguro obrigatório DPVAT, o valor da indenização devida em razão de acidente ocorrido em agosto de 2007, após a edição da Lei n. 11.482/2007, fica limitado a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º da referida legislação, cuja constitucionalidade ora se reconhece. (Apelação Cível 1.0095.08.003407-7/001. Rel. Des. Alvimar de Ávila. 12ª C. Civ do TJMG. DJ. 20/07/2009).

Ademais, com o advento da Súmula n.º 474 do STJ, a graduação da lesão tornou-se necessária:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012)

Deste modo, a apuração do grau da invalidez mostra-se indispensável, nos termos do artigo 3º, §1º, da Lei n.º 6.194/74:

§ 1 No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

Outro não é o norte apontado por remansosos julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74. A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória n.º 451/2008, posteriormente convertida na Lei n.º 11.945/2009. Súmula 474 do STJ. Necessidade de graduação da invalidez, independentemente da data do sinistro. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Hipótese em que a parte autora faz jus ao recebimento da indenização securitária correspondente ao percentual de invalidez apurado na perícia judicial. Sentença modificada. CORREÇÃO MONETÁRIA Incidência da correção monetária desde a data do sinistro. APELO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO

MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70052879566, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 18/01/2013).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE. Afigura-se indispensável a perícia técnica, tanto para graduação da alegada invalidez permanente, a fim de estabelecer o patamar indenizatório, conforme Súmula 474 do e. STJ, quanto para estabelecer o nexo causal entre o acidente e a invalidez decorrente. Necessidade de oportunizar às partes a dilação probatória. Sentença desconstituída. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA, DE OFÍCIO, PREJUDICADA A APELAÇÃO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70052874625, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 17/01/2013).

Realizada a perícia médica, foi constatada a invalidez permanente, parcial e completa (25%) com o deficit de mobilidade do polegar esquerdo, consoante laudo às fls. 72/76.

Insta frisar que o perito efetuou o correto enquadramento da lesão nas situações descritas na Lei nº 11.945/2009.

Segundo se depreende do laudo pericial, a invalidez ocasionada pelo acidente ao autor é permanente parcial e completa. De acordo com o § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei nº 6.194/74, para que se verifique o *quantum* indenizável é necessário:

“I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)”

Com efeito, apurado o grau de invalidez no laudo pericial, deve a indenização ser calculada sobre o percentual da tabela anexada à Lei nº 11.945/09, que prevê a indenização máxima no percentual de 25% para os casos de perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar.

Assim temos: (Teto x percentual de enquadramento) = valor da indenização, ou seja, (13.500,00 x 25%) = R\$ 3.375,00, em razão da invalidez permanente, parcial e completa, que atingiu o polegar esquerdo do autor.

Logo, sendo o valor da indenização prevista em lei de R\$ 3.375,00, e tendo sido pago na esfera administrativa o valor de R\$ 2.362,50 o autor faz jus a complementação do valor do seguro DPVAT (R\$ 3.375,00 - R\$ 2.362,50 (valor já recebido, conforme documento de fls. 10). Faltam ainda a importância de R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos).

Assim, resta à Seguradora complementar o valor da indenização, diante do grau de invalidez constatado no laudo pericial, em decorrência do acidente de trânsito sofrido pelo requerente, conforme cálculos acima.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 11.842/2007, a qual alterou a Lei nº 6.194/74, e por tudo mais que dos autos consta, Julgo PROCEDENTE, em parte, os pedidos iniciais, extinguindo o processo com resolução, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015, para condenar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT ao pagamento da importância de R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos) a Valdomiro Silva Nunes, a título de complementação de indenização.

Com relação à correção monetária (INPC), deve incidir desde a data do pagamento incompleto, qual seja, 29/09/2014, e juros de 1% (um por cento ao mês).

Condeno a Seguradora requerida ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência que arbitro no valor de 20% da condenação, a teor do disposto no artigo 85, §1º do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Transitado em julgado, não existindo outros requerimentos, certifique-se e arquivem-se os autos.

Ribeirópolis/SE, 20 de Maio de 2016.

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

Juíza de Direito

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

Juiz(a) de Direito

VALENÇA

ADVOGADOS

FORTALEZA | JOÃO PESSOA | RECIFE | RIO DE JANEIRO | SALVADOR | SÃO LUÍS | SÃO PAULO

SALVADOR | BA

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41820-774
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

www.valencaadvogados.com.br

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE.

CÓPIA

Número do Processo: 201482200371

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual contendem com **JOSE APARECIDO BARRETO**, vem, tempestivamente, por seus advogados, que a presente subscrevem, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, em face da decisão proferida por este Juízo, publicada em 06/06/2016, pelos motivos fáticos e jurídicos que seguem.

I - DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DA TEMPESTIVIDADE:

Os presentes embargos encontram fundamento no art. o art. 535, do Código Processual Civil, abaixo transcrito:

Art. 535 - Cabem embargos de declaração quando: (Alterado pela L-008.950-1994)
I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;
II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

São tempestivos os presentes embargos, visto que a decisão ora embargada fora publicada no dia 06/06/2016, iniciando-se a contagem do prazo em 07/06/2016, apresentando-se portanto tempestivos os embargos aqui opostos.

II - DO FUNDAMENTO DOS PRESENTES EMBARGOS - DA OMISSÃO NO R. DECISUM:

Trata-se a presente demanda de pedido de complementação da indenização por invalidez permanente pelo Seguro DPVAT, em decorrência de acidente de trânsito.

Após a instrução processual, o douto Julgador, entendeu pela procedência em parte do pedido, nos seguintes termos:

" Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 11.842/2007, a qual alterou a Lei nº 6.194/74, e por tudo mais que dos autos consta, Julgo PROCEDENTE, em parte, os pedidos iniciais, extinguindo o processo com resolução, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015, para condenar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT ao pagamento da

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 423917 - AGF DESEMBARGADOR MAYNARD

ARACAJU - SE
CNPJ....: 06009958000120 Tel.:-
Ins Est.: 271380225

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 06/06/2016 Hora.....: 17:24:45
Caixa.....: 75710743 Matrícula.: 8640*****
Lancamento.: 007 Remetente.: 00073
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1152555688

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SERVIÇO PROTOCOLO P	1	18,70*

Valor do Porte(R\$)....: 18,70

Cap Destino: 49540-000 (SE)

Peso real (KG).....: 0,043

Peso Tarifado:.....: 0,043

Objeto.....: S00077028568R

Obj Postado após horário lim post ag. DH (

Depois da Hora)

Num. Documento.: :

N Processo:201482200371

Orgão Destino:SE

Valor Declarado não solicitado(R\$)

No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

TOTAL(R\$)=====>	18,70
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	18,70

Obj Postado após horário lim post ag. DH (

Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

CAC - Capitais e Regiões Metrop. 30030100
Demais Localidades: 08007257282 Sugestões e
Reclamações:08007250100-www.correios.com.br

VIA-CLIENTE SARA 7,4,03

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CIVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE.

Número do Processo: 201582200011

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual contendem com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, tempestivamente, por seus advogados, que a presente subscrevem, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, em face da decisão proferida por este Juízo, publicada em 06/06/2016, pelos motivos fáticos e jurídicos que seguem.

I - DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DA TEMPESTIVIDADE:

Os presentes embargos encontram fundamento no art. o art. 535, do Código Processual Civil, abaixo transcrito:

Art. 535 - Cabem embargos de declaração quando: (Alterado pela L-008.950-1994)

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

São tempestivos os presentes embargos, visto que a decisão ora embargada fora publicada no dia 06/06/2016, iniciando-se a contagem do prazo em 07/06/2016, apresentando-se portanto tempestivos os embargos aqui opostos.

II - DO FUNDAMENTO DOS PRESENTES EMBARGOS – DA OMISSÃO NO R. DECISUM:

Trata-se a presente demanda de pedido de complementação da indenização por invalidez permanente pelo Seguro DPVAT, em decorrência de acidente de trânsito.

Após a instrução processual, o douto Julgador, entendeu pela procedência em parte do pedido, nos seguintes termos:

“ Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 11.842/2007, a qual alterou a Lei nº 6.194/74, e por tudo mais que dos autos consta, Julgo PROCEDENTE, em parte, os pedidos iniciais, extinguindo o processo com resolução, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015, para condenar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT ao pagamento da

importância de R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos) a Valdomiro Silva Nunes, a título de complementação de indenização. Com relação à correção monetária (INPC), deve incidir desde a data do pagamento incompleto, qual seja, 29/09/2014, **e juros de 1 (um por cento ao mês)**. Condeno a Seguradora requerida ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência que arbitro no valor de 20 da condenação, a teor do disposto no artigo 85, §1º do CPC...”

Contudo, restou omissa a sentença no que diz respeito à data da incidência de juros.

Data máxima vênia, necessária se faz a apresentação dos aclaratórios, a fim de sanar a OMISSÃO anteriormente mencionada.

Eis que, os juros moratórios são considerados devidos, quando muito, a partir da citação inicial, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil. Ainda, este é o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

“SÚMULA N. 426-STJ. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Desta forma, ante a clara omissão da sentença em relação à data termo inicial dos juros de mora, **pugna novamente sejam acolhidos os presentes Embargos, a fim de sanar o vício existente, tendo como termo inicial a data da distribuição da ação.**

3. DO REQUERIMENTO

Ante o exposto requer a EMBARGANTE que sejam devidamente recebidos e processados os presentes Embargos de Declaração, **sanando a omissão apontada pela demandada.**

Por fim, importa **solicitar** que, doravante, todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira, OAB/SE 918-A,** **devidamente constituído no substabelecimento em anexo, sob pena de nulidade insanável.**

Pede deferimento.
Aracaju, 06 de junho de 2016.

Rodrigo Ayres Martins de Oliveira
OAB/SE 918-A

Liziane Dourado Rios da Silva
OAB/BA 31.560



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Gerada em
27/07/2016
13:40:59

DECISÃO OU DESPACHO

Dados do Processo

Número 201582200011	Classe Procedimento Sumário	Competência Nossa Senhora Aparecida
Situação JULGADO	Distribuído Em: 09/01/2015	
Julgamento 02/06/2016		

Dados da Parte

AUTOR	VALDOMIRO SILVA NUNES 58802207534	Advogado: JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT 09248608000104	Advogado: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA - 918-A/SE

Processo nº: 201582200011

DECISÃO

Vistos, etc.

Tratam-se de Embargos de Declaração opostos pela parte requerida, a fim de ver sanada omissão existente na Sentença de fls. 88/91 proferida por este Juízo, em relação a não manifestação acerca do termo inicial de incidência de juros moratórios.

É o relatório. Passo a decidir.

A teor do art. 1.022 do CPC/2015, tal recurso é cabível quando:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Da simples leitura do dispositivo legal transcrito, infere-se que o pedido aclaratório pressupõe a existência de obscuridade e/ou contradição e/ou omissão no comando judicial e/ou erro material.

Sob tais prismas, analiso os pleitos da embargante.

Analisando a Sentença de fls. 88/91, constato que prospera o pleito quanto à omissão no que se refere ao termo inicial de incidência de juros moratórios, já que nada foi informado acerca do referido e a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a partir da citação da seguradora é que se dá o termo inicial para a contagem dos juros de mora decorrentes da indenização do seguro obrigatório DPVAT, conforme Súmula 426, verbis: "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação".

Diante do esposado, **CONHEÇO** dos embargos de declaração e os **PROVEJO** para que, o segundo parágrafo do dispositivo da Sentença de fls. 88/91, passe a ter a seguinte redação:

"Com relação à correção monetária (INPC), deve incidir desde a data do pagamento incompleto, qual seja, 29/09/2014, e juros de 1% (um por cento) ao mês, a incidir desde a citação, nos termos da Súmula 426 do STJ. "

Mantenho inalterados os demais pontos da Sentença ora embargada.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se.

Em, 21 de Julho de 2016.

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

Juíza de Direito

ID

Ana Lúgia de Freitas Soares Alexandrino
Juiz(a) de Direito

VALENÇA

ADVOGADOS

SALVADOR | SÃO LUÍS

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41870-174
Tel: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

Av. dos Holandeses, 03 | Calhau
Quadra 33 | Sala 308 | CEP: 65071-180
Tel: 55 (98) 3194.4279 | Fax: 3227.4948

www.valencaadvogados.com.br

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) RELATOR (A) DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE

CÓPIA

Processo n.º 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litiga com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, por seus advogados, que a presente subscrevem, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo, no importe de **R\$ 1.710,69 (um mil setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)**, para fins de pagamento de condenação, consoante cálculos ora juntados.


Requer seja a parte autora intimada, para levantamento dos valores depositados. Seguidamente, satisfeita obrigação decorrente da condenação judicial, pugna-se pelo arquivamento deste processo.

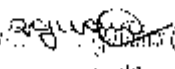
Na hipótese de ocorrer pedido de pagamento de saldo remanescente, apresentado pela parte adversa, requer seja a Seguradora intimada para manifestação e quitação, sem necessidade de realização de penhora.

Por fim, importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na **OAB/SE** sob o nº **918- A**, sob pena de arguição de nulidade processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 12 de agosto de 2016.


RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/SE 918
CNPJ 13.556.000-0
DATA: 08/08/2016


Juiz da
OAB/SE 4.108

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Ag: 423917 - AGF DESEMBARGADOR MAYNARD

ARACAJU - SE
CPF: 06009958800128 Tel: -
Ins Est: 271380225

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento: 15/06/2016 Hora: 11:41:04
Caixa: 76851564 Matrícula: 6640*****
Lancamento: 015 Atendimento: 00015
Modalidade: P Vista ID Fiquete: 1183506584

DESCRIÇÃO	QTD.	PRECUNIT
SERVICO PROTOCOLO P	1	18,70
Valor do Porte(R\$):	18,70	
Org Destino: 49E40-000 (SE)		
Peso real (KG):	0,150	
Peso Tarifado:	0,150	
OBJETO: SN6201937749R		

Num. Documento: -
N Processo: 20158220604
Orgao Destino: SE



Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

TOTAL(R\$)=====> 18,70
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 18,70

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 8539/78

De 28/07 a 18/08, período das Olimpíadas,
o prazo de entrega está ampliado de/para a
região metropolitana do Rio de Janeiro.

VIA-CLIENTE SARA 7,5.03

VALENÇA

ADVOGADOS

SALVADOR | SÃO LUÍS

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41820-774
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

Av. dos Holandeses, 03 | Calhau
Quadra 33 | Sala 308 | CEP: 65071-380
Tel.: 55 (98) 3194.4279 | Fax: 3227.4948

www.valencaadvogados.com.br

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) RELATOR (A) DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE

Processo n.: 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litiga com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, por seus advogados, que a presente subscrevem, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo, no importe de **R\$ 1.710,69 (hum mil setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)**, para fins de pagamento de condenação, consoante cálculos ora juntados.

Requer seja a parte autora intimada, para levantamento dos valores depositados. Seguidamente, satisfeita obrigação decorrente da condenação judicial, pugna-se pelo arquivamento deste processo.

Na hipótese de ocorrer pedido de pagamento de saldo remanescente, apresentado pela parte adversa, requer seja a Seguradora intimada para manifestação e quitação, sem necessidade de realização de penhora.

Por fim, importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na **OAB/SE** sob o nº **918- A**, sob pena de arguição de nulidade processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 12 de agosto de 2016.


RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/BA 13.923
OAB/MA 15.569-A
OAB/SE 918-A

**DJO - Depósito Judicial Ouro**

			Nº DA CONTA JUDICIAL 700112647233	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 11-08-2016	AGÊNCIA (PREF/DV) 3611-0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 11-08-2016	Nº DA GUIA 10944827	NUMERO DO PROCESSO 201582200011		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA NOSSA SENHORA APARECIDA		ORGÃO/VARA JUIZO DE DIREITO	DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 1.710,69
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER			TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE VALDOMIRO SILVA NUNES			TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 588.022.075-34
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 29C833D8B7E982E0				



CÁLCULOS CONDENAÇÃO

Valor da condenação: R\$ 1.012,50

Termo inicial da CM (do pgto adm): 29/09/2014

Juros (da citação): 27/02/2015

Honorários: 20%

Resultado do Cálculo (em Real)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: 03/08/2016

Juros Incidentes: Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)

Juros a partir da data: 27/02/2015

Percentual de Juros: 1,00%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
29/09/2014	1.012,50	1,19320878	1.208,12	18,00%	217,46	1.425,58
Subtotal						1.425,58

ACESSÓRIOS

	R\$
Honorários de Sucumbência - Percentual: 20%	285,11
Subtotal	1.710,69
Total Geral	1.710,69

TOTAL DEVIDO: R\$1.710,69

 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE	Protocolo de Envio de Procuração
Enviado para N. SRª APARECIDA	
OAB: 918#A#SE Advogado: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA Nº do Protocolo: 20160825095900431 Nº do Processo: 201682200317 Data de Envio: 25/08/2016 09:59 AM Tipo de documento: Procuração - Vinculação de advogado ao processo.	
PROTOCOLO PENDENTE!!!	
Descrição	Anexo
Petição	1480453 - MANIFESTAÇÃO - REITERAR PAGAMENTO.pdf
Procuração	SEGURADORA LÍDER.pdf
Petição	1480453 PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO.pdf

[imprimir](#)

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA - SERGIPE**

Processo n. 201682200317

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, empresa seguradora inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litigam com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, também qualificada nos autos, vem, por sua advogada abaixo assinada, com endereço profissional constante no timbre, onde deverá receber intimações de praxe sob pena de nulidade processual, apresentar **MANIFESTAÇÃO**, com fulcro no que se segue:

I - DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do **Bel. Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na OAB/SE sob o nº 918- A, sob pena de arguição de nulidade processual.

II – DO EFETIVO PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO:

Em atenção ao despacho publicado em 23/08/2016, cumpre esclarecer que no dia 15/08/2016 a Seguradora/Demandada realizou a juntada de comprovante de pagamento de condenação nos autos do processo originário (nº 201582200011) no valor de **R\$ 1.710,69 (hum mil, setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)** de acordo com a apuração do cálculo em anexo.

Nessa toada, segue a guia de DJO para comprovação do pagamento realizado:



DJO - Depósito Judicial Ouro

Nº DA PARCELA 0			DATA DO DEPÓSITO 11-08-2016	AGÊNCIA (PREF/DV) 3611-0	Nº DA CONTA JUDICIAL 700112647233
DATA DA GUIA 11-08-2016		Nº DA GUIA 10944827	NÚMERO DO PROCESSO 201582200011		TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
COMARCA NOSSA SENHORA APARECIDA		ORGÃO/VARA JUIZO DE DIREITO		DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 1.710,69
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER				TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE VALDOMIRO SILVA NUNES				TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 588.022.075-34
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 29C833D8B7E982E0					



Dessa feita, a Seguradora ora peticionante reitera a petição protocolada em 15/08/2016, oportunidade em que houve o adimplemento da condenação.

Ante o exposto, conclui-se que o valor da condenação estabelecida foi totalmente adimplido, razão pela qual requer que seja expedido Alvará em favor da parte autora no montante de R\$ 1.710,69 (hum mil, setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos).

Todavia, acaso este MM juízo indique eventual saldo remanescente, ante o pagamento espontâneo da condenação, solicita que esta Seguradora seja intimada previamente para quitá-lo, antes de determinada realização de penhora.

Deste modo, uma vez satisfeita a obrigação resultante da demanda por parte da acionada e após o levantamento do alvará pela parte autora, solicita o arquivamento dos autos, com baixa definitiva nos registros, expedindo-se, por consequência, a certidão respectiva.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida/SE, 25 de agosto de 2016.

RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/BA 43.925
OAB/MA 13.569-A
OAB/SE 918-A

VALENÇA

ADVOGADOS

SALVADOR | SÃO LUÍS

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41870-174
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

Av. dos Holandeses, 03 | Calhau
Quadra 33 | Sala 308 | CEP: 65071-180
Tel.: 55 (98) 3194.4279 | Fax: 3227.4948

www.valencaadvogados.com.br

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) RELATOR (A) DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE

CÓPIA

Processo n.º 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litiga com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, por seus advogados, que a presente subscrevem, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo, no importe de **R\$ 1.710,69 (um mil setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)**, para fins de pagamento de condenação, consoante cálculos ora juntados.


Requer seja a parte autora intimada, para levantamento dos valores depositados. Seguidamente, satisfeita obrigação decorrente da condenação judicial, pugna-se pelo arquivamento deste processo.

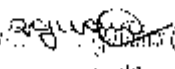
Na hipótese de ocorrer pedido de pagamento de saldo remanescente, apresentado pela parte adversa, requer seja a Seguradora intimada para manifestação e quitação, sem necessidade de realização de penhora.

Por fim, importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na **OAB/SE** sob o nº **918- A**, sob pena de arguição de nulidade processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 12 de agosto de 2016.


RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/SE 918
CNPJ 13.556.000-0
DATA: 08/08/2016


Juiz da
OAB/SE 4.108

ARACAJU
CNPJ,....: 06009968000128 Tel.:-
Ins. Est.: 271388225

Movimento.: 15/08/2016 Hora.....: 11:41:04
Caixa.....: 76851564 Matrícula.: 6640*****
Lancamento.: 015 Atendimento.: 00013
Modalidade.: P Vista ID Fiquete.: 1183506684

DESCRIÇÃO	QTD.	PRECISO
SERVICO PROTOCOLO P	1	18,70
Valor do Porte(R\$)...	18,70	
Dep Destino: 49E40-000 (SE)		
Peso real (KG).....	0.150	
Peso Tarifado:.....	0.150	
OBJETO:.....	SN62019374AR	

AGF - DE 15

Num. Documento.:
N Processo: 2015822084
Orgao Destino:

Valor Declarado pelo solicitador(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

```

TOTAL(R$)=====>          18,70
VALOR_RECEBIDO(R$)=>       19,70

```

SERV. ADSTATS: DIREITOS E DEVERES-LEI 5538/78

De 28/07 a 18/08, período das Olimpíadas, o prazo de entrega está ampliado de/para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

VIA-CLIENTE SARA 7.5.03



VALENÇA

ADVOGADOS

SALVADOR | SÃO LUÍS

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41820-774
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

Av. dos Holandeses, 03 | Calhau
Quadra 33 | Sala 308 | CEP: 65071-380
Tel.: 55 (98) 3194.4279 | Fax: 3227.4948

www.valencaadvogados.com.br

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) RELATOR (A) DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE

Processo n.º: 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litiga com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, por seus advogados, que a presente subscrevem, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo, no importe de **R\$ 1.710,69 (hum mil setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)**, para fins de pagamento de condenação, consoante cálculos ora juntados.

Requer seja a parte autora intimada, para levantamento dos valores depositados. Seguidamente, satisfeita obrigação decorrente da condenação judicial, pugna-se pelo arquivamento deste processo.

Na hipótese de ocorrer pedido de pagamento de saldo remanescente, apresentado pela parte adversa, requer seja a Seguradora intimada para manifestação e quitação, sem necessidade de realização de penhora.

Por fim, importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na **OAB/SE** sob o nº **918- A**, sob pena de arguição de nulidade processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 12 de agosto de 2016.


RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/BA 13.923
OAB/MA 15.569-A
OAB/SE 918-A

**DJO - Depósito Judicial Ouro**

			Nº DA CONTA JUDICIAL 700112647233	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 11-08-2016	AGÊNCIA (PREF/DV) 3611-0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 11-08-2016	Nº DA GUIA 10944827	NUMERO DO PROCESSO 201582200011		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA NOSSA SENHORA APARECIDA		ORGÃO/VARA JUIZO DE DIREITO	DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 1.710,69
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER			TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE VALDOMIRO SILVA NUNES			TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 588.022.075-34
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 29C833D8B7E982E0				



CÁLCULOS CONDENÇÃO

Valor da condenação: R\$ 1.012,50

Termo inicial da CM (do pgto adm): 29/09/2014

Juros (da citação): 27/02/2015

Honorários: 20%

Resultado do Cálculo (em Real)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: 03/08/2016

Juros Incidentes: Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)

Juros a partir da data: 27/02/2015

Percentual de Juros: 1,00%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
29/09/2014	1.012,50	1,19320878	1.208,12	18,00%	217,46	1.425,58
Subtotal						1.425,58

ACESSÓRIOS

	R\$
Honorários de Sucumbência - Percentual: 20%	285,11
Subtotal	1.710,69
Total Geral	1.710,69

TOTAL DEVIDO: R\$1.710,69



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o n. 43.925 e OAB/MA sob o n. 13.569-A; **CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o n. 41.911 e OAB/MA sob o n. 13.951-A; **CARLA DA PRATO CAMPOS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o n. 156.844, TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA VALENÇA ADVOGADOS com o escritório na Avenida dos Holandeses, nº 03, Galeria Appiani, quadra 33, sala 306, Calhau, CEP 65.071-380, São Luís – MA; aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo



e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2015.

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9300

000574
28521272

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e
CLAUDIO MENDES LADEIRA (X00000246566)
Rio de Janeiro, 03 de julho de 2015. Conf. por:
Em testemunho da verdade.

Serventia	: 9,18
36% TJ-FUNDO	: 3,28
Total	: 12,42

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR ALI
ERAX-93057 DXY, ERAX-93068 DLB
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitapublico>

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9300

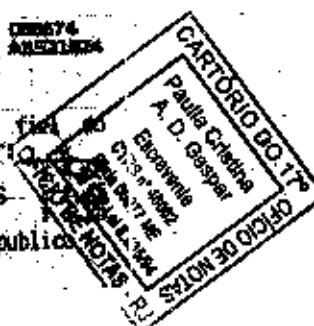
000574
28521272

AUTENTICADO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel
original que foi apresentado. Conf. por:
Rio de Janeiro, 09 de julho de 2015.

Serventia	: 9,18
36% TJ-FUNDO	: 3,28
Total	: 12,42

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR ALI
ERAX-94557 YOD Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitapublico>



17º Ofício de Notas RJ
Paula Cristina A.D. Gaspar
Tabelião
CNPJ nº 08.000.000-00
Art. 20, § 3º, Lei 8.966/94



CARTÓRIO DO 17º

DEJO DE NOTAS

Geovani Alves
Cunha
Escrevente
CTPS nº 4.918
CPF nº 06.838904

DECLICHO NOTAS

R\$

Congelamento: [1] Ademar e Paragaito Unico do art. 16 do Estatuto Social da Companhia devem ser sujeitos à rejeição dos mandados do Comitê de Auditoria pelo Conselho Administrativo das sociedades vigentes; [2] Aprovar a Plataforma de Racionalização das operações comerciais; [3] Alterar o artigo 8º do Regimento Interno para que seja alterado o prazo de 90 dias para a realização das reuniões ordinárias e extraordinárias especificando "invenção de fraudes" como fundamento de um direito; Mensagem de Trabalho: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho Secretário André Luis Pires Deliberação Após exame e discussão os acionistas presentes passaram à deliberação sobre medidas a serem tomadas; São Alessandro Garati Oliveira: [1] Aprovar, por unanimidade, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2008, acompanhado do parecer do Comitê de Auditoria, do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes relativos aos resultados sociais alcançados em 31 de dezembro de 2008; [2] Aprovar o balanço social elaborado em 31 de dezembro de 2008, na distribuição do resultado distribuído no lucro líquido, de acordo com o estatuto de 2008, nos seguintes termos: (a) R\$ 53.037.500, percentual de cinco mil e quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos contra reserva legal, e (b) R\$ 121.784 de juros milionários, aumento ou perda mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarente e quatro centavos); como matéria subsidiária; [3] Aprovar, por unanimidade, a proposta de distribuição de dividendos mínimos de 25% no valor de R\$ 433.928,13 (quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e oito reais e quinze centavos) calculadas sob base no lucro líquido ajustado, apurado na data-base de 31 de dezembro de 2008; [4] Expor, por unanimidade, para ocupar de cargo de conselheiro do Conselho de Administração da Companhia, LUIZ DA SILVA DE ARAÚJO, Acionista da Companhia; [5] Luiz Tavares Pereira Filho, brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 29.332, Estado de São Paulo, como suplenente; Inscrito no CPF/MF sob o nº 254.794.497-00, residente e domiciliado na Rua Manoel Eudoro de Almeida, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Carlos Eduardo Guimarães, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 41.10.567-7, inscrito no CPF/A-MJ, Inscrição no CPF/MF sob o nº 664.299.367-23, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplenente; [6] Julio César Abreu de Oliveira, brasileiro, casado, agricultor, titular do documento de identidade nº 373.024, expedido pela SSPSP, inscrita no CPF/MF sob o nº 530.068.857-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como titular; e Alcegar Rodrigues Ferreira Junior, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identificação nº 15.884.873, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.388.968-43, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplente; [7] Osmundo Pinheiro Gamboa, brasileiro, solteiro, administrador, titular do documento de identidade nº 19.172.100-44, expedido pelo IFRJ, inscrição no CPF/MF sob o nº 008.041.017-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Bernardo Gleichmann, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 0001541-5, expedido pelo IF-RJ, inscrição no CPF/MF sob o nº 646.605.347-79, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; [8] Laura Magne Aguiar, brasileira, casada, administradora de empresas, titular do documento de identidade nº 15.868.003, expedida pela SSPMG, inscrita no CPF/MF sob o nº 17.172.847-82, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como titular; e José Roberto de Menezes da Silva, brasileiro, casado, arquiteto, titular do documento de identidade nº 15.547.790-3, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.487.618-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplente; [9] Caetano Miliano Gomes, brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 2.294.687-0, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Sidney Mayra Monteiro, brasileira, casada, economista, titular do documento de identidade nº 4.078.874-43, expedida pela SSPSP, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.911-93, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; [10] Tiago de Assis Kamamura, japonês, casado, acadêmico, titular do documento de identidade RNE nº W24B.A37-E-Inscrito no CPF/MF sob o nº 872.475.325-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Isael Abe, japonês, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº W2S800-7, expedido pelo CGMDF/DXOPE, inscrito no CPF/MF sob o nº 935.995.098-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplente; [11] Jureldino Cavalcante Braga, brasileiro, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº 733.206, expedido pela SSP/RP, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.287.161-68, residente e domiciliado em Brasília, como titular; e Cesar Lopes Souza, brasileiro, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº 55.628.341-5, expedido pelo SSP/PF, inscrito no CPF/MF sob o nº 555.628.341-5, residente e domiciliado em Curitiba, como titular; [12] Nery Faria Dias, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº ES.848.175-4, expedido pelo SP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 612.495.877-42, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Laurindo Tadeu Tavares, brasileiro, acadêmico, titular do documento de identidade nº 13.517.092-2, expedida pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.083.073-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplente; [13] Mauro César Bellini, brasileiro, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº W2VH1R, expedida pela SSP/RP, inscrito no CPF/MF sob o nº 94.140.140-4, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Osvaldo Aparecido de Oliveira, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.132.174, expedida pela SSPSP, inscrita no CPF/MF sob o nº 870.083.508-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplente; [14] Neise Belilli Bertoni, brasileira, divorciada, titular do documento de identidade nº 7.362.118-2, expedido pela SSP/PF, inscrito no CPF/MF sob o nº 748.010.738-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Leonardo dos Santos Vicente, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 14.028.528-0, expedido pela SSP/PF, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.923.268-83, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplente; [15] Michel Moraes de Albuquerque Cavalcanti, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.803, expedido pela SSPSP, inscrita no CPF/MF sob o nº 093.850.654-15, residente na cidade de Salvador, Estado do Rio Grande do Norte, como titular; e Jorge Carvalho, brasileiro, proprietário de empresa, titular do documento de identidade nº 1.412.023, expedido pelo PRMB, inscrito no CPF/MF sob o nº D05.888.817-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente;

[illegible][illegible]

IMPRENSA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

Haroldo Zager Barla Tinoço
DIRETOR-GERENTE

Jorge Narciso Perez
DIRETOR-INDUSTRIAL

Roberto de Oliveira Freitas
DIRETOR ADMINISTRATIVO-CONTÁBIL

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATERIAIS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema eletrônico ou autógrafo em mídia eletrônica na Agência Pão de Açúcar.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e reclamações sobre publicações das matérias deverão ser encaminhados às Assessorias de Imprensa e Planejamento das Alas Oficiais - à Rua Primeiro de Março 301 - Palácio Guanabara - Cade Civil, Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.251-901 - Tel.: (0xx21) 3334-3243, e 3334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Assessorias das ODEs às 17.00 horas
RIO - Rua São João, 55, n. 723/3
- Edifício Guarani Meneses Cordeiro.
Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 20030-000 - Fax: 3333-0940
Tel.: (0xx21) 2717-8801 e 2717-4141 R. 124

INTERIORES: Rua Viçosa, de São Paulo, 3
- Tamoios, Curitiba, Maringá, RJ
Tel.: (0xx21) 2717-8801 e 2717-4141 R. 124

PREÇO PARA ENVIO DE MATERIAIS: R\$ 133,00
PUBLICAÇÃO: para Municípios e Indústrias R\$ 32,40

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAIS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor de Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ao máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS R\$ 180,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) R\$ 180,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) R\$ 180,00 (*)

(*) BOMBEIO PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E INTERIORES

Obs.: As assinaturas devem ser entregues ao seguinte endereço: Agência Pão de Açúcar - Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rua Viçosa, de São Paulo, 3 - Tamoios, Curitiba, Maringá, RJ - CEP 20030-000 - Tel.: (0xx21) 2717-8801 e 2717-4141 R. 124

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marques de Oliveira 28 - Camamu - Niterói, RJ, CEP 24.230-120. Tel: (0xx21) 2717-4141 FAX: (0xx21) 2717-4344

www.imprensaoficial.rj.gov.br



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassu Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAUASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



2530831

diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

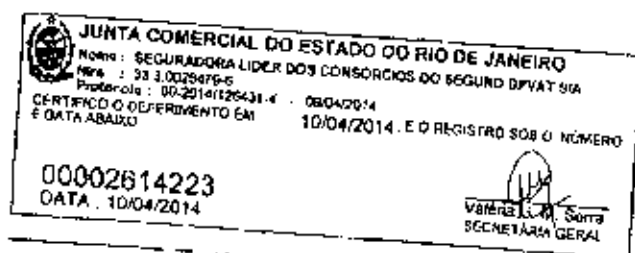
ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

André Leal Faoro

André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 29/09/2014

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDOMIRO SILVA NUNES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03303

CONTA: 000000001796-2

Nr. da Autenticação 3F3C7B402C419863

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 14/02/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 168,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDOMIRO SILVA NUNES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03303

CONTA: 000000032809-7

Nr. da Autenticação AE0D41038655E832

**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Número do Sinistro: 2014785891
Nome do(a) Examinado(a): Valdomiro Silva Nunes
Endereço do(a) Examinado(a): Povoado Algodao, S/N
Zona Rural Nossa Senhora Aparecida SE CEP: 49540-000
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [SSP / SE] 1.073.844
Data local do acidente: [11/08/2014]
Data local do exame: [09/01/2019] Aracaju [SE]

Resultado da Avaliação Médica

- I. Descreva o(s) diagnóstico(s) da(s) lesão(ões) efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado:

FRATURA DE CLAVÍCULA À DIREITA.

- II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

Tratamento: O QUADRO FOI TRATADO COM REDUÇÃO E FIXAÇÃO DA FRATURA DE CLAVÍCULA COM PLACA E PARAFUSOS.

Complicações: BLOQUEIO SEVERO DA ARTICULAÇÃO DO OMBRO, RESTRIÇÃO DO MOVIMENTO

Data da Alta: 01/01/2018

- III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado:

O EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FORÇA MUSCULAR DO BRAÇO DIMINUÍDA (++)/5, EM VIRTUDE DA DOR, CICATRIZ CIRÚRGICA NA PROJEÇÃO DO OMBRO E DA CLAVÍCULA, AUMENTO DO VOLUME DA DIAFISE MEDIAL DA CLAVÍCULA (CALO ÓSSEO E MATERIAL DE SÍNTESE), PRESENÇA DE ATROFIA DE DELTOÍDE E BÍCEPS BRAQUIAL POR DESUSO, QUEDA DO OMBRO, DOR, EDEMA, CREPITAÇÃO E BLOQUEIO SEVERO DA ARTICULAÇÃO DO OMBRO, RESTRIÇÃO DO MOVIMENTO DE FLEXÃO, EXTENSÃO, ADUÇÃO, ABDUÇÃO, ROTAÇÃO INTERNA E EXTERNA DA ARTICULAÇÃO DO OMBRO (OMBRO CONGELADO).

ÂNGULO DE FLEXÃO DO OMBRO 20° (0° A 180°)

ÂNGULO DE EXTENSÃO DO OMBRO 10° (0° A 45°)

ÂNGULO DE ADUÇÃO DO OMBRO 10° (0° A 40°)

ÂNGULO DE ABDUÇÃO DO OMBRO 30° (0° A 180°)

- IV. Nexa de casualidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente de trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

☒ **Sim** ☐ **Não**

- V. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)

☒ **Sim** ☐ **Não**

- VI. Descrever objetivamente as seqüelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

DÉFICIT FUNCIONAL GRAVE DO OMBRO DIREITO.

Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b"

- VII. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

☐ "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

☐ "Sem seqüela permanente"

(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Seqüela):

OMBRO - Lado Direito

% do dano: ☐ 10% residual ☐ 25% leve
☐ 50% médio ☒ **75% intensa** ☐ 100% completo

Região Corporal (Seqüela):

% do dano: ☐ 10% residual ☐ 25% leve
☐ 50% médio ☐ 75% intensa ☐ 100% completo

Região Corporal (Seqüela):

% do dano: ☐ 10% residual ☐ 25% leve
☐ 50% médio ☐ 75% intensa ☐ 100% completo

Região Corporal (Seqüela):

% do dano: ☐ 10% residual ☐ 25% leve
☐ 50% médio ☐ 75% intensa ☐ 100% completo

- VIII. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a) Médico(a) Examinador(a)

Carimbo com Nome e CRM


Manoel Otacilio Nascimento Junior
Clínica e Auditoria Médica
CRM 1827

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 2014785891 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES **Data do acidente:** 11/08/2014 **Seguradora:** Sabemi Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 03/01/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA DA CLAVÍCULA DIREITA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: @SOLICITADA PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VERIFICAÇÃO DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

APÓS FEITA REVISÃO DA AMD EVIDENCIAMOS QUE A SEQUELA JÁ FOI INDENIZADA EM 2.362,50 NO MÃO ESQUERDA CONFORME TABELA PREVISTA EM LEI VIGENTE.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 2014785891

Cidade: Nossa Senhora da Glória

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES

Data do acidente: 11/08/2014

Seguradora: Sabemi Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DE CLAVÍCULA À DIREITA.

Descrição do exame médico pericial: O EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FORÇA MUSCULAR DO BRAÇO DIMINUÍDA (++)/5), EM VIRTUDE DA DOR, CICATRIZ CIRÚRGICA NA PROJEÇÃO DO OMBRO E DA CLAVÍCULA, AUMENTO DO VOLUME DA DIÁFISE MEDIAL DA CLAVÍCULA (CALO ÓSSEO E MATERIAL DE SÍNTESE), PRESENÇA DE ATROFIA DE DELTOÍDE E BÍCEPS BRAQUIAL POR DESUSO, QUEDA DO OMBRO, DOR, EDEMA, CREPITAÇÃO E BLOQUEIO SEVERO DA ARTICULAÇÃO DO OMBRO, RESTRIÇÃO DO MOVIMENTO DE FLEXÃO, EXTENSÃO, ADUÇÃO, ABDUÇÃO, ROTAÇÃO INTERNA E EXTERNA DA ARTICULAÇÃO DO OMBRO (OMBRO CONGELADO).
ANGULO DE FLEXÃO DO OMBRO 20° (0° A 180°)
ANGULO DE EXTENSÃO DO OMBRO 10° (0° A 45°)
ANGULO DE ADUÇÃO DO OMBRO 10° (0° A 40°)
ANGULO DE ABDUÇÃO DO OMBRO 30° (0° A 180°)

Resultados terapêuticos:

EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU INTENSO DO(A) OMBRO DIREITO

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 09/01/2019

Conduta mantida: Não

Observações: VITIMA JÁ INDENIZADA A CONTENTO POR DANO LEVE DA MÃO ESQUERDO(PAGAMENTO REALIZADO PELA AMD,MAS A PERÍCIA CONSTATOU LESÃO DO OMBRO DIREITO).COMPLEMENTAR PAGAMENTO POR DANO GRAVE DO OMBRO DIREITO.

Médico examinador: Manoel Otacilio Nascimento Junior

CRM do médico: 1827

UF do CRM do médico: SE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Complemento por reanálise - 5 %	1,25%	R\$ 168,75
Total			1,25 %	R\$ 168,75

PRESTADOR

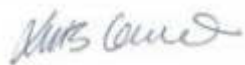
SAUDESEG SISTEMAS DE SAÚDE LTDA

Médico revisor: LUIZ DE LIMA CASANOVA NETO

CRM do médico: 17761

UF do CRM do médico: PE

Assinatura do médico:





PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL

DADOS DO SINISTRO

Número: 2014785891

Cidade: Nossa Senhora da Glória

Natureza: Invalidez

Vítima: VALDOMIRO
SILVA NUNES

Data do acidente: 11/08/2014

**Emissor do
parecer:** Dorian Braga
Saraiva

Seguradora: Sabemi
Seguradora S/A

Prestadora: AMORIM E MATTOS SERVIÇOS
MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

CRM do médico: 52.32571-1

PARECER

Data da análise: 25/09/2014

Valoração do 0,00

IML:

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM MÃO ESQUERDA

Resultados LIMITAÇÃO DE MOVIMENTOS
terapêuticos:

Sequelas DEBILIDADE FUNCIONAL
permanentes:

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das MÃO 25%
sequelas:

Documentos
complementares:

Observações:

Valor pleiteado: 9.450,00

Médico avaliador:

UF do CRM do
médico:

DANOS

Dano

Perda funcional completa de uma das mãos

%	Dimensão	Graduação
70	1	25

Valor avaliado: 2.362,50

Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 2014

Carta nº: 5302285

A/C: VALDOMIRO SILVA NUNES

Sinistro: 2014785891
Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES
Data Acidente: 11/08/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: VALDOMIRO SILVA NUNES

Valor: R\$ 2.362,50

Banco: 104

Agência: 000003303

Conta: 000001796-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de uma das mãos 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 =	R\$	2.362,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 2014785891

Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES

Data do Acidente: 11/08/2014

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), VALDOMIRO SILVA NUNES

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 168,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros

25%

Graduação: Complemento por reanálise 5%

% Invalidez Permanente DPVAT: (5% de 25%) 1,25%

Valor a indenizar: 1,25% x 13.500,00 = R\$ 168,75

Recebedor: VALDOMIRO SILVA NUNES

Valor: R\$ 168,75

Banco: 104

Agência: 000003303

Conta: 0000032809-7

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

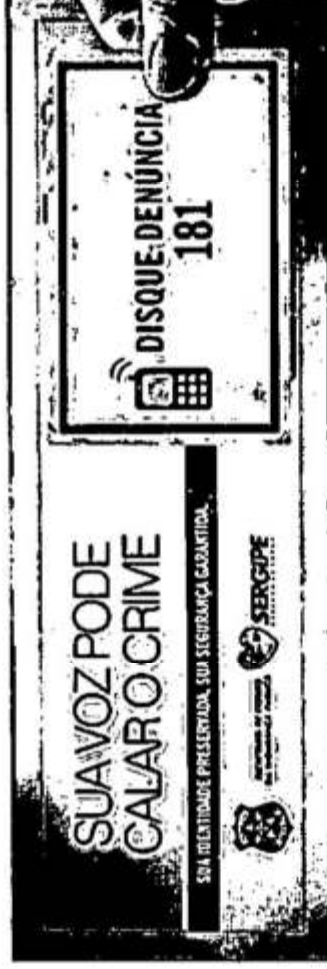
Estamos aqui para Você





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

RUA DA PALMA, CENTRO FONE:(0 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2014/06570.0-000678

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Endereço: RUA DA PALMA, CENTRO FONE:(0 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

FATO

Data e Hora do Fato: 11/08/2014 - 09:30 até 11/08/2014 - 10:00

Endereço: RODOVIA QUE LIGA GLÓRIA A MONTE ALEGRE Número: Complemento: CEP: 49880-000

Bairro: Centro Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: VALDOMIRO SILVA NUNES

Nome do pai: OSVALDO DA SILVA NUNES Nome da mãe: MARIETA DA MOTA

Pessoa: Física CPF/CGC: 588.022.075-34 RG: 10738444 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: RIBEIROPOLIS Data de nascimento: 20/03/1970 Sexo: Masculino Cor da pele: Branca

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Solteiro Grau de Instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: POVOADO ALGODÃO Número: SN Complemento: CASA

CEP: 49.680-000 Bairro: ZONA RURAL Cidade: NOSSA SENHORA APARECIDA UF: SE 11 SET 2014

Proximidades: VIZINHO AO BAR DE LOUDES Telefone: 99982026

RIO DE JANEIRO

HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE QUE É PROPRIETÁRIO DE UMA MOTOCICLETA MARCA HONDA MODELO CG 150 TITAN ESD/ ANO 2013, PLACA OEL5142, CHASSI 9C2KC1650DR306239, COR PRETA, EMPLACADA EM NOME DE JOSEVALDO ARCANJO DOS SANTOS, CPF 019.249.105-94, QUE NO DIA E HORA ACIMA SUPRACITADOS CONDUZIA SUA MOTOCICLETA NA RODOVIA QUE LIGA GLÓRIA A MONTE ALEGRE COM DESTINO A ESTA CIDADE DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, MOMENTO EM QUE NO BRAÇO DA CRUZ TINHA UM BURACO E O NOTICIANTE PERDEU O EQUILÍBRIO, SENDO ARREMESSADO AO CHÃO, LESIONANDO-SE FISICAMENTE, QUE FOI SOCORRIDO POR CONHECIDOS E LEVADO AO HOSPITAL REGIONAL DESTA CIDADE DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA E LOGO EM SEGUIDA ENCAMINHADO AO HOSPITAL DE ARACAJU-SE PARA SER REALIZADA A CIRURGIA NO DEDO POLEGAR DA MÃO ESQUERDA, QUE REGISTRA ESTE BO AFIM DE ACIONAR O SEGURO DPVAT.

Data e hora da comunicação: 29/08/2014 às 09:43

Última Alteração: 29/08/2014 às 09:43.

VALDOMIRO SILVA NUNES

Responsável pela comunicação

Larissa Lorrana Lima Barreto

Responsável pelo preenchimento





CERTIDAO DE INEXISTENCIA DE IML
1004029



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que nos municípios sergipanos, abaixo relacionados não possuem Instituto Médico Legal, sendo todos os atendimentos pertinentes, realizados na única sede em Aracaju.

Amparo do São Francisco, Aquidabã, Araua, Areia Branca, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Boquim, Campo do Brito, Canhoba, Canindé do S.Francisco, Capela, Canira, Carmopolis, Cedro do S.Francisco, Cedro do S.João, Cristinapolis, Cumbe, Divina Pastora, Estância, Feira Nova, Frei Paulo, Gararu, General Maynard, Graccho Cardoso, Ilha das Flores, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Itabi, Itaporanga d' Ajuda, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Macambira, Malhada dos Bois, Malhador, Maruim, Moita Bonita, Monte Alegre de Sergipe, Muribeca, Neopolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pedra Mole, Pedrinhas, Pinhão, Pirambu, Poço Redonda, Poço Verde, Porto da Folha, Própria, Riachão do Dantas, Riachuelo, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Salgado, Santa Luzia do Itanh, Santa Rosa de Lima, Santa Amaro das Brctas, São Cristóvão, São Domingos, São Francisco, São Miguel do Aleixo, Simão Dias, Siriti, Telha, Tobias Barreto, Tomar do Geru, Umbaúba, Santana do São Francisco.

Aracaju, 19 de janeiro de 2011.

Adelino Costa Lisboa
Perito Criminalístico 1ª Classe
Coordenador Geral de Perícias

SABEMI SEGURANÇA S/A

11 SET 2014

RIO DE JANEIRO



Coordenador Geral de Ensino
 Perito Criminalístico 1.ª Classe
 Adelino Carlos Lopes

German, Publishers' Association and Swiss Publishers

Amba, 7 de São Francisco Adriano - 1985

Declaro para os devidos fins, que nos

Declaramos os seguintes fatos:

11



GOVERNO DE SERGIPE

(-) alongia

MS/DATASUS

HOSPITAL

ORIA

No. DO BE: 90683

DATA: 11/08/2014 HORA: 17:47

USUARIO: MESILVA

CNS:

SETOR: 02-CONSULTORIO ADULTO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME

VALDOMIRO SILVA NUNES

BAIRRO: ZONA RURAL

IDADE

44 ANOS

NASC: 20/03/1970

UF: SE

ENDERECO

POVOADO ALGODAO

CASA

COMPLEMENTO

NOSSA SENHORA APARECIDA

MUNICIPIO

OSVALDO DA SILVA NUNES

NOME PAI/MAE

O MESMO

RESPONSAVEL

NOSSA SENHORA DE APARECIDA-SE

PROCEDENCIA

DOR

ATENDIMENTO

NAO

CASO POLICIAL

NAO

ACID. TRABALHO

NAO

PLANO DE SAUDE

NAO

VEIO DE AMBULANCIA

NAO

TRAUMA

NAO

PA: 120 X 80

mmHg

PULSO: []

TEMP.: []

PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES:

[]

RAIO X

[]

SANGUE

[]

URINA

[]

TC

[]

ECG

[]

ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

19:20

ANOTACOES DA ENFERMAGEM: *paciente chegou em estado de choque por causa de edema no M.E. G. 19:20*

Edema no M.E. G. 19:20

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

O R. do go. de 2 vez em 12 horas

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: []

DECISAO MEDICA

[]

A PEDIDO

[]

EVASAO

[]

ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: []

ATE 48HS

[]

APOS 48HS

[]

FAMILIA

[]

IML

[]

ANAT. PATOL.

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



SABEMI SEGURADORA S/A

[] DESISTENCIA

11 SET 2014

RIO DE JANEIRO

Relatório

Uldomiro Silva Nunes
vítima de acidente oncológico
ocorrido em 11-08-2014.

Sofreu trauma na base do
primeiro metacarpo, espasmo
do...

submetido a tratamento
cirúrgico com fixação percutânea.
Encontra-se sob observação.

SABEMI SEGURADORA S/A
11 SET 2014
RIO DE JANEIRO

05-09-14
Drº Roberto Lima
Ortopedia Traumatologia
CRM-1173

Assinatura do Médico
05-09-2014

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.073.844 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 25/09/2012

NOME
WALDOMIRO SILVA NUNES

FILIAÇÃO
OSVALDO DA SILVA NUNES
MARJETA DA MOTA

NATURALIDADE
RIBETROPOLIS-GE DATA DE NASCIMENTO
20/03/1970

DOC ORIGEM
OBS - DIVORCIADO

CT. CASAL. NR 2873 LV 007 FL 281

CPC CART DIST E COM DE NSA DA ELIZABETH

588.022.075-34

EVERETT FERREIRA DA SILVA
Diretor do Inst. de Ident. Dr. Carlos Monteiro

ASSINATURA DO DIRETOR

4EI Nº 7.116 DE 29/08/83

1000001

VOLUNTARIS DE IDENTIFICAR



SABEMI SEGURADORA S/A
11 SET 2014
RIO DE JANEIRO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERICIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DO CARLOS MONTEIRO

Waldomiro Silva Nunes

Carteira de Identidade

Portrait photo and fingerprint area



Relatório

SABINO DE J. A. SILVA

02 MAR 2015

DR. DE J. A. SILVA

Valdomiro Silva Nunes foi
para praxia da base do punho
e metacarpo proximal em
agosto.

Endentado a redução ex-
treme com fixação preventiva.

Revisão sintomática da
mão e limitação do pun-
ho de flexão e extensão.

Sua mobilidade

Paciente em avaliação
em abril de 2015

Dr. Roberto Lima

Ortopedia Traumatologia

Av. Embaixador Maranhão, nº 174 - tel.: 2106-7312

CEP - 49005-210 - Aracaju - SE

Aracaju, 02 de Março de 2015



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Valdomiro Barbosa Nunes EXPEDIDO POR SS PISE EM 23/09/12 E
 PORTADOR(A) DO RG Nº 10.73844 / CNPJ 00000000-00-00-00, PROFISSÃO Condutor
 CPF 51800207339 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 E RENDA MENSAL DE R\$ 600,00 (*) AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Valdomiro S. Nunes AUTORIZO A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Sussep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

1004039



⚠ Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

16 SET. 2014
RIO DE JANEIRO

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL - www.receita.fazenda.gov.br);

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistro.

- ☐ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)
 BANCO _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO
 BANCO 237 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL
 BANCO 001 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÚ
 BANCO 341 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☒ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 BANCO 104 • AGÊNCIA 302 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA 1796-2

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL Gloria DATA 09/09/14

ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO (A) + Valdomiro Barbosa Nunes

⚠ ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.

- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-022-1111.

27 NOV 2018

RECEBIDO



Prefeitura Municipal de
Nossa Senhora Aparecida - SE
Secretaria Municipal de Saúde



RECEITUÁRIO

Paciente:

Valdomiro Ivo Nunes
Ribeiro Medeiros

Paciente supra citado, vítima de
trauma intracranial há 2 anos,
recebeu Amigotom em Clavícula
direita. Sem intercorrências na
permanência.

Estando apto a receber outras
ações laborais e alta definitiva
ao governo.

09/11/2018

Dr. Sérgio Antônio
F. Medeiros
CRM 5530

PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: _____ CPF da vítima: 588.022.075-34 Nome completo da vítima: Baldomiro Silva Nunes

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: Baldomiro Silva Nunes CPF: 588.022.075-34
Profissão: Camponês Endereço: Rua L. S. Pereira - Povoado Algodão Número: 311 Complemento: Casa
Bairro: Av. Rural Cidade: Nossa Senhora Aparecida Estado: SC CEP: 49540-000
E-mail: Marcondespleno@gmail.com Tel.(DDD): 79-99918-9207

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENTA MENSAL:

☒ RECUSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: _____

AGÊNCIA: 3803 CONTA: 32809

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: _____ CONTA: _____

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 39, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: _____
Grau de Parentesco com a vítima: _____ Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____
Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: _____ Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não
Vivos: _____ Falecidos: _____

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Local e Data: Nossa Senhora da Piedade, 24.01.19
Nome: _____
CPF: _____
Baldomiro Silva Nunes
(*) Assinatura de quem assina A ROGO

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1º Nome: _____

CPF: _____

2º Nome: _____

CPF: _____

SABEMI SEGURADORA S/A
Assinatura

01 FEV 2019

Assinatura

RECEBIDO

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROSTO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0561159/14

Número do Sinistro: 2014785891

Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES

CPF: 588.022.075-34

Seguradora: Sabemi Seguradora S/A

Data do acidente: 11/08/2014

CPF de: Próprio

Titular do CPF: VALDOMIRO SILVA NUNES

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 27/11/2018
Nome: VALDOMIRO SILVA NUNES
CPF: 588.022.075-34

VALDOMIRO SILVA NUNES

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/11/2018
Nome: IZABELA ALVES DOS SANTOS
CPF: 143.340.087-12

IZABELA ALVES DOS SANTOS

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 16/07/2015

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.712,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDOMIRO SILVA NUNES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03303

CONTA: 000000001796-2

Nr. da Autenticação 0F4AF25761B6CE68

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150512286

Cidade: Nossa Senhora da Glória

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES

Data do acidente: 04/10/2014

Seguradora: Sabemi Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DE 02 (DUAS) COSTELAS À DIREITA. FRATURA DO 1º METACARPO ESQUERDO. TRAUMA NO JOELHO DIREITO. (SEM RELATO NOS DOCUMENTOS MÉDICOS)

Descrição do exame médico pericial: AO EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO TÓRAX SIMÉTRICO, PRESENÇA DE DOR NO TÓRAX A DIREITA À PALPAÇÃO E INSPIRAÇÃO FORÇADA, RESTRIÇÃO DA EXPANSÃO TORÁCICA EM VIRTUDE DA DOR (NEURALGIA?). MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO COM CICATRIZ CIRÚRGICA NA PROJEÇÃO DO 1º METACARPO, FORÇA MUSCULAR DA MÃO DIMINUÍDA (+/4+) EM VIRTUDE DA DOR, PRESENÇA DE DOR E CALO ÓSSEO NO 1º METACARPO RESTRIÇÃO DA CAPACIDADE DE PINÇAMENTO E DOS MOVIMENTOS DO 1º QUIRODÁCTILO. MEMBRO INFERIOR ESQUERDO COM MARCHA CLAUDICANTE (+/4+), FORÇA MUSCULAR DIMINUÍDA (+/4+) EM VIRTUDE DA DOR, PRESENÇA DE DOR E BLOQUEIO NA ARTICULAÇÃO DO JOELHO, RESTRIÇÃO DOS MOVIMENTOS DA ARTICULAÇÃO DO JOELHO, (SEM RELATO NO PRONTUÁRIO).

Resultados terapêuticos: PERICIA DO VÍTIMA DE QUEDA DE MOTO, FOI ADMITIDO NO HOSPITAL EM 04/10/2014 E RECEBEU ALTA NO DIA 30/10/2014. O QUADRO FOI TRATADO COM TRATAMENTO CONSERVADOR DA FRATURA DE COSTELAS, REDUÇÃO E FIXAÇÃO DA FRATURA DO 1º METACARPO COM FIOS DE KIRSCHNER, TRATAMENTO CONSERVADOR DO TRAUMA NO JOELHO (SEM RELATO), EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL.

Sequelas permanentes: Limitação funcional da mão esquerda, Limitação funcional de estruturas torácicas

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 09/07/2015

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Manoel Otacílio Nascimento Junior

CRM do médico: 1827

UF do CRM do médico: SE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
curando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie,	100 %	Em grau residual - 10 %	10%	R\$ 1.350,00
Perda funcional completa de uma das mãos	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			27,5 %	R\$ 3.712,50

PRESTADOR

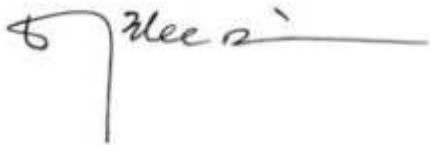
ACE Gestão de Saúde Ltda.

Médico revisor: OTELO CORRÊA DOS SANTOS FILHO

CRM do médico: 52.18145-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



Rio de Janeiro, 22 de Julho de 2015

Carta nº: 7451537

A/C: VALDOMIRO SILVA NUNES

Sinistro: 3150512286
Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES
Data Acidente: 04/10/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: VALDOMIRO SILVA NUNES

Valor: R\$ 3.712,50

Banco: 104

Agência: 000003303

Conta: 000001796-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	3.712,50

Dano Pessoal: Lesões de órgãos e estruturas torácicas, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital 100%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 =	R\$	1.350,00
---	-----	----------

Dano Pessoal: Perda funcional completa de uma das mãos 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 =	R\$	2.362,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **VALDOMIRO SILVA NUNES** Sinistro: **3150512286** Data: **04/10/2014**

Endereço do(a) Examinado(a): **POVOADO ALGODAO, SN, CASA - ZONA RURAL - Nossa Senhora Aparecida - SE - CEP 49540-000**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SSP / SE**] **1.073.844**

Data local do exame: [**09/07/2015**] **Aracaju** [**SE**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s) **FRATURA DE 02 (DUAS) COSTELAS À DIREITA. FRATURA DO 1º METACARPO ESQUERDO. TRAUMA NO JOELHO DIREITO. (SEM RELATO NOS DOCUMENTOS MÉDICOS) . AO EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO TÓRAX SIMÉTRICO, PRESENÇA DE DOR NO TÓRAX À DIREITA À PALPAÇÃO E INSPIRAÇÃO FORÇADA, RESTRIÇÃO DA EXPANSÃO TORÁCICA EM VIRTUDE DA DOR (NEURALGIA?). MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO COM CICATRIZ CIRÚRGICA NA PROJEÇÃO DO 1º METACARPO, FORÇA MUSCULAR DA MÃO DIMINUÍDA (+/4+) EM VIRTUDE DA DOR, PRESENÇA DE DOR E CALO ÓSSEO NO 1º METACARPO RESTRIÇÃO DA CAPACIDADE DE PINÇAMENTO E DOS MOVIMENTOS DO 1º QUIRODÁCTILO. MEMBRO INFERIOR ESQUERDO COM MARCHA CLAUDICANTE (+/4+), FORÇA MUSCULAR DIMINUÍDA (+/4+) EM VIRTUDE DA DOR, PRESENÇA DE DOR E BLOQUEIO NA ARTICULAÇÃO DO JOELHO, RESTRIÇÃO DOS MOVIMENTOS DA ARTICULAÇÃO DO JOELHO, (SEM RELATO NO PRONTUÁRIO).**

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(**))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações. **PERICIA DO VÍTIMA DE QUEDA DE MOTO, FOI ADMITIDO NO HOSPITAL EM 04/10/2014 E RECEBEU ALTA NO DIA 30/10/2014. O QUADRO FOI TRATADO COM TRATAMENTO CONSERVADOR DA FRATURA DE COSTELAS, REDUÇÃO E FIXAÇÃO DA FRATURA DO 1º METACARPO COM FIOS DE KIRSCHNER, TRATAMENTO CONSERVADOR DO TRAUMA NO JOELHO (SEM RELATO), EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL.**

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [**X**] Sim [] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Limitação funcional da mão esquerda, Limitação funcional de estruturas torácicas

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Exame não permite conclusão"

Vide motivo do impedimento no campo das observações

() "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):
Estruturas torácicas

% do dano: (**X**) 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):
Mão esquerda

% do dano: (**X**) 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

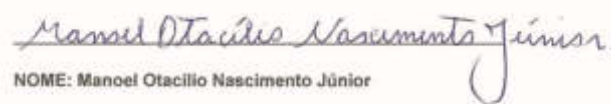
Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.


NOME: Manoel Otacilio Nascimento Júnior
CRM: 1827 SERGIPE

Manoel Otacilio Nascimento Junior - CRM: 1827 - SE



Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Valdomiro Silva Nunes
 PORTADOR(A) DO RG Nº 1073844 EXPEDIDO POR SSP6E EM 25.09.12 E
 CPF 588022070-3 / CNPJ _____, PROFISSÃO carretero
 E RENDA MENSAL DE R\$ 600,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Valdomiro Silva Nunes, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este formulário deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

! Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL - www.receita.fazenda.gov.br);

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistro.

- ☐ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)
 BANCO _____ AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO
 BANCO 237 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL
 BANCO 001 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÚ
 BANCO 341 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☒ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 BANCO 104 • AGÊNCIA 3303 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA 1796-2

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL Colônia DATA 31/10/14

ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO(A)

Valdomiro Silva Nunes

! ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.

- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE

**SUA VOZ PODE
CALAR O CRIME**

SUA IDENTIDADE PRESERVADA, SUA SEGURANÇA GARANTIDA.

DISQUE DENÚNCIA

181

DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

RUA DA PALMA, CENTRO FONE: (0) 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2014/06570.0-000884

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Endereço: RUA DA PALMA, CENTRO FONE: (0) 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

FATO

Data e Hora do Fato: 04/10/2014 - 06:00 até 04/10/2014 - 06:30

Endereço: RODOVIA QUE LIGA GLÓRIA A CARIRA Número: SN Complemento: CEP: 49680-000

Bairro: Centro Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: NENHUM

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

1004026



VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: VALDOMIRO SILVA NUNES

Nome do pai: OSVALDO DA SILVA NUNES Nome da mãe: MARIETA DA MOTA

Pessoa: Física CPF/CGC: 588.022.075-34 RG: 10738444 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

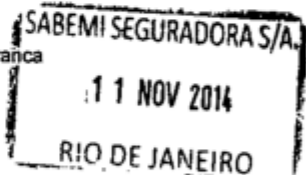
Naturalidade: RIBEIROPOLIS Data de nascimento: 20/03/1970 Sexo: Masculino Cor da cutis: Branca

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: POVOADO ALGODÃO Número: SN Complemento: CASA

CEP: 49.680-000 Bairro: ZONA RURAL Cidade: NOSSA SENHORA APARECIDA UF: SE

Proximidades: VIZINHO AO BAR DE LOUDES Telefone: 99982026



HISTÓRICO

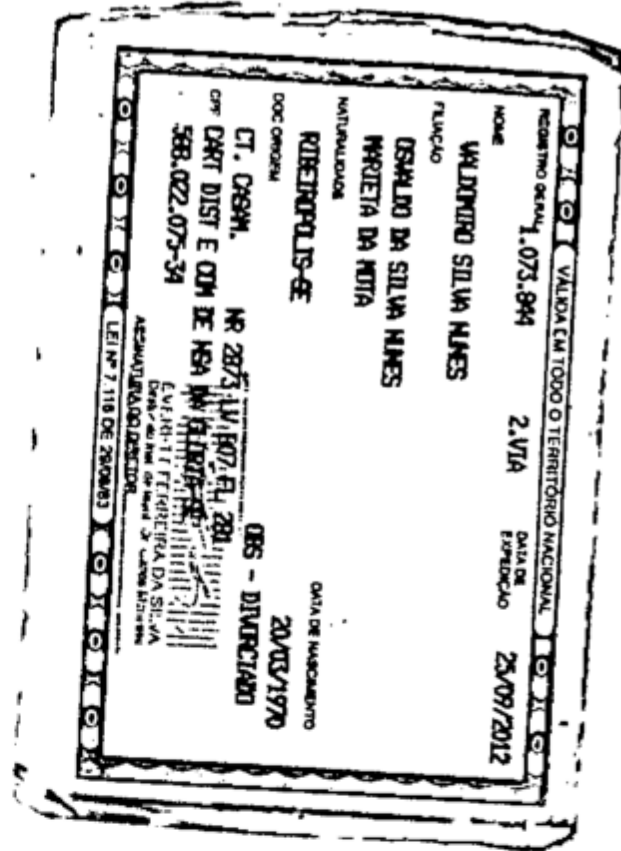
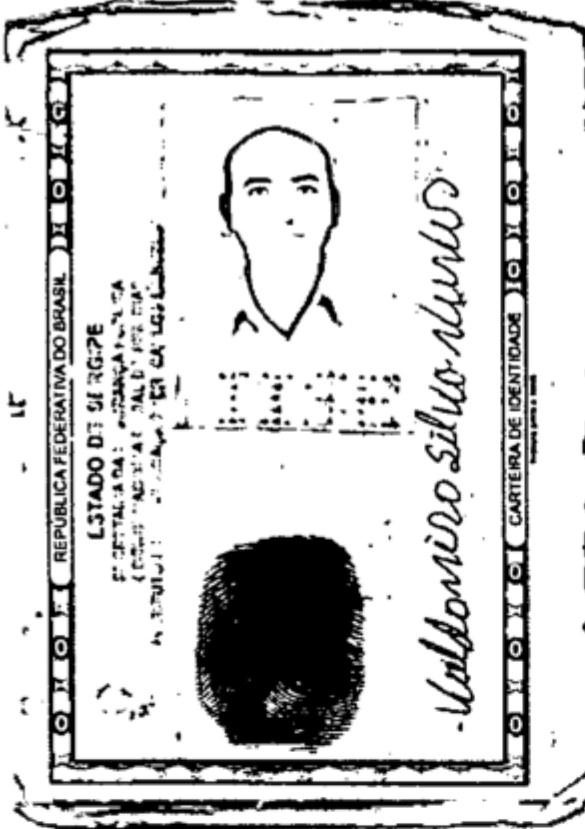
Relata o noticiante que no dia e hora acima mencionados conduzia um moto MARCA HONADA/MODELO CG 125 TITAN, cor vermelha, CHASSI 9C2JC250VVRQ46295, emplacada em nome de Wilenberg Vieira de Souza, momento em que estava chovendo e o pneu da frente derrapou e o declarante foi arremessado ao chão lesionando-se fisicamente; Que foi socorrido por populares e encaminhado ao Hospital Regional desta cidade de Nossa Senhora da Glória; Que faz este BO afim de acionar o Seguro DPVAT.

Data e hora da comunicação: 24/10/2014 às 10:33

Última Alteração: 24/10/2014 às 10:33.

Valdomiro Silva Nunes
VALDOMIRO SILVA NUNES
Responsável pela comunicação

Larissa Lorrana Lima Barreto
Larissa Lorrana Lima Barreto
Responsável pelo preenchimento



DOCUMENTOS DE IDENTIFICACAO

*1004037



SABEMI SEGURADORA S/A

11 NOV 2014

RIO DE JANEIRO

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE NOSSA SENHORA DA GLORIA

No. DO BE: 99618 DATA: 04/10/2014 HORA: 17:15 USUARIO: MESILVA
 CNS: 898003495870883 SETOR: 02-CONSULTORIO ADULTO

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME : VALDOMIRO SILVA NUNES DOC...: 0
 IDADE.....: 44 ANOS NASC: 20/03/1970 SEXO...: MASCULINO
 ENDEREÇO.....: POVOADO ALGODAO NUMERO: 0
 COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO: ZONA RURAL
 MUNICIPIO.....: NOSSA SENHORA APARECIDA UF: SE CEP...: 49540-000
 NOME PAI/MAE...: OSVALDO SILVA NUNES /MARIETA DA MOTA
 RESPONSÁVEL...: O MESMO TEL...: 79 9998-20
 PROCEDÊNCIA...: NOSSA SENHORA DE APARECIDA-SE 26
 ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: []] TEMP.: []] PESO: []]

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

*Fratura no hemicomax direito devido
 queda de moto*

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM:

paciente Motociclista. batido no torax.

*Glenn
 botta*

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICAÇÃO

*→ Proferir - olar (R)
 - Dexametasona 1mg (R)
 - R de torax AP - manual
 AAS*

CAREMI SEGURADORA S/A
 11 NOV 2014
 RIO DE JANEIRO

DATA DA SAÍDA: / /

HORA DA SAÍDA: :

ALTA: [X] DECISÃO MÉDICA [] A PEDIDO [] EVASÃO [] DESISTÊNCIA
 [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML ANAT. PATOL.

Valdomiro Silva Nunes

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

Dr. Antonio C. Padua Neto
 Urgência e Emergência
 CRM RJ 4307

NOME: _____

Relatório

Uldemiro Siqueira Nunes
Vítima de acidente motorista -
lixo em 04-10-14.

Sofreu contusão no hemitórax
esquerdo, escoriação no ~~pele~~ olho, pé
e tornozelo direito.

Apresenta dor residual.
Em gozo de alta.

SABEMI SEGURADORA S/A.
11 NOV 2014
RIO DE JANEIRO

31-10-14
Drº Roberto Lima
Ortopedia Traumatologia
CRM - 1173

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 14/01/2016

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.375,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDOMIRO SILVA NUNES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03303

CONTA: 000000001796-2

Nr. da Autenticação A9A0B960618EA4C0

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3151003350

Cidade: Nossa Senhora da Glória

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES

Data do acidente: 13/09/2015

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO COM FERIMENTO.
FRATURA DE MANDÍBULA E MÚLTIPLOS FERIMENTOS

Descrição do exame médico pericial: FOI EVIDENCIADO FACE E CRÂNIO SIMÉTRICOS, PRESENÇA DE CICATRIZ CIRÚRGICA (SUTURAS) NA REGIÃO FRONTAL, MENTO E DO MASSETER À ESQUERDA, RETRAÇÃO DA ARCADA DENTÁRIA INFERIOR COM PERDA DA OCLUSÃO, PRESENÇA DE APARELHO ORTODÔNTICO, DOR NA FACE E MANDÍBULA À PALPAÇÃO, ARTICULAÇÃO TEMPORO MANDIBULAR COM DOR E CREPITAÇÃO, DESVIO DA MANDÍBULA PARA À DIREITA, RESTRIÇÃO DA ABERTURA DA BOCA.
PERICIADO REFERE CEFALEIA, TONTURA E PERÍODOS DE AUSÊNCIA, QUE NÃO FAZ USO DE MEDICAMENTOS.

Resultados terapêuticos: O QUADRO FOI TRATADO COM TRATAMENTO CONSERVADOR DO TRAUMATISMO, REDUÇÃO E FIXAÇÃO DA FRATURA DE MANDÍBULA COM PLACA E PARAFUSOS, EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL.

Sequelas permanentes: DÉFICIT EM ESTRUTURAS CRÂNIO FACIAIS

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 07/01/2016

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Manoel O Nascimento Jr

CRM do médico: 1827

UF do CRM do médico: SE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
faciais, causando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie,	100 %	Em grau leve - 25 %	25%	R\$ 3.375,00
Total			25 %	R\$ 3.375,00

PRESTADOR

SAUDESEG Sistemas de Saude Ltda.

Médico revisor: MARCUS VINICIUS CARVALHO FREIRE

CRM do médico: 21102

UF do CRM do médico: PE

Assinatura do médico:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3151003350 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: VALDOMIRO SILVA NUNES **Data do acidente:** 13/09/2015 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 04/01/2016

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: TRAUMA NÃO DEFINIDO

Resultados terapêuticos: A ESCLARECER

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações:

SOLICITO PERICIA PARA MELHOR ESCLARECIMENTO QUANTO AS SEQUELAS EXISTENTES.
AVALIAR LIMITAÇÃO FUNCIONAL.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

Nome do médico: MARIA TEREZA R DE A AMORIM

CRM do médico: 52.31475-9

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): Valdomiro Silva Nunes
Endereço do(a) Examinado(a): Povoado Algodão, S/N
Nossa Senhora Aparecida Feira Nova SE CEP: 49670-000
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [SSP / SE] 1.073.844
Data local do exame: [07/01/2016] Aracaju [SE]

Resultado da Avaliação Médica

- I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO COM FERIMENTO.

FRATURA DE MANDÍBULA E MÚLTIPLOS FERIMENTOS.

NO EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO FACE E CRÂNIO SIMÉTRICOS, PRESENÇA DE CICATRIZ CIRÚRGICA (SUTURAS) NA REGIÃO FRONTAL, MENTO E DO MASSETER À ESQUERDA, RETRAÇÃO DA ARCADA DENTÁRIA INFERIOR COM PERDA DA OCLUSÃO, PRESENÇA DE APARELHO ORTODÔNTICO, DOR NA FACE E MANDÍBULA À PALPAÇÃO, ARTICULAÇÃO TEMPORO MANDIBULAR COM DOR E CREPITAÇÃO, DESVIO DA MANDÍBULA PARA A DIREITA, RESTRIÇÃO DA ABERTURA DA BOCA.

PERICIA DO REFERE CEFALIA, TONTURA E PERÍODOS DE AUSÊNCIA, QUE NÃO FAZ USO DE MEDICAMENTOS.

- a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

(X) Sim () Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

- b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

(X) Sim () Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(*))

- II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.

PERICIA DO VÍTIMA DE QUEDA DE MOTO, FOI ADMITIDO NO HOSPITAL EM 13/09/2014 E RECEBEU ALTA NO DIA 18/09/2014. O QUADRO FOI TRATADO COM TRATAMENTO CONSERVADOR DO TRAUMATISMO, REDUÇÃO E FIXAÇÃO DA FRATURA DE MANDÍBULA COM PLACA E PARAFUSOS, EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL.

- III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

(X) Sim () Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

LIMITAÇÃO FUNCIONAL LEVE CRÂNIO FACIAL.

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

- IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

() "Exame não permite conclusão"

Vide motivo do impedimento no campo das observações

() "Sem sequela permanente"

(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais

% do dano: () 10% residual (X) 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

- c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

- V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a) Médico(a) Examinador(a)
Carimbo com Nome e CRM


Manoel Otacilio Nascimento Junior
Clínica e Auditoria Médica
CRM 1827

[illegible]

2009-2010-40
22 OCT 2009



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.073.844 2. VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 25/07/2012

NOME WALDONIRO SILVA MUNES

FILIAÇÃO OSVALDO DA SILVA MUNES
MARIETA DA MOTA

NATURALIDADE RIBEIROPOLIS-SE DATA DE NASCIMENTO 20/03/1970

DOC ORIGEM OBS - DIVORCIADO

CT. CASAL HR 2873 LV 807 FL 281

CPF CART DIST E COM DE NSA DA GLEBA SE

PIS 588.022.075-34

EVERETT FERREIRA DA SILVA
Diretor do Inst. de Ident. Dr. Carlos Moura

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - DN - SE. DE MONSE

Waldoniro Silva Munes

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MBM SEGURADORA
22 DEZ. 2015

Clínica

Relatório

Valdomiro Silva Nunes
Sofreu fratura no
marginal com contusões
profundas na região
do crânio e foi
submetido a um
tratamento cirúrgico

Af. - Se
10/10/0015

Drº Roberto Lima
Ortopedia Traumatologia
CRM - 1173

**Ass. Hospitalar - Hospital, 1215 - 1215-1215
1215-1215-1215 - 1215-1215**

AMB SEGURADORA
2015



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL



DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

RUA DA PALMA, CENTRO FONE:() 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2015/06570.0-000997

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Endereço: RUA DA PALMA, CENTRO FONE:() 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

FATO

Data e Hora do Fato: 13/09/2015 - 10:30 até 13/09/2015 - 10:30

Endereço: ROD. ENG. JORGE NETO Número: Complemento: CEP: 49680-000

Bairro: Centro Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: VALDOMIRO SILVA NUNES

Nome do pai: OSVALDO DA SILVA NUNES Nome da mãe: MARIETA DA MOTA

Pessoa: Física CPF/CGC: 588.022.075-34 RG: 10738444 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: RIBEIROPOLIS Data de nascimento: 20/03/1970 Sexo: Masculino Cor da cutis: Branca

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: POVOADO ALGODÃO Número: SN Complemento: CASA

CEP: 49.680-000 Bairro: ZONA RURAL Cidade: NOSSA SENHORA APARECIDA UF: SE

Proximidades: VIZINHO AO BAR DE LOUDES Telefone: 99982026

HISTÓRICO

RELATA QUE NO DIA, HORA E LOCAL SUPRACITADO VINHA GUIANDO A MOTOCICLETA HONDA POP 100, PLACA QKQ 9553-SE, RENAVAM 01045216531, CHASSI Nº 9C2HB0210CR495950, OCASIÃO EM QUE PERDEU O CONTROLE DESTA NUM QUEBRA, CAUSANDO A SUA QUEDA E LESÕES FÍSICAS (ESCORIAÇÕES EM PARTES DO PÉ E NO QUEIXO). QUE PRESTA ESTE BO PARA ACIONAR O SEGURO DPVAT

Data e hora da comunicação: 21/09/2015 às 09:33

Última Alteração: 21/09/2015 às 09:33.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Valdomiro Silva Nunes
VALDOMIRO SILVA NUNES
Responsável pela comunicação

Alfredo José de Oliveira Madeiro
Alfredo José de Oliveira Madeiro
Responsável pelo preenchimento

MBM SEGURADORA
22 DEZ. 2015